

***A PRÁTICA AVALIATIVA EMPREGADA
PELOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR
DO CURSODE LICENCIATURA PLENA EM
LETRAS DO INSTITUTO DO ENSINO
SUPERIOR DO AMAPÁ – IESAP***

IONE VILHENA CABRAL
ROBERTO CARLOS AMANAJAS PENA

2010

IONE VILHENA CABRAL

ROBERTO CARLOS AMANAJAS PENA

***A PRÁTICA AVALIATIVA EMPREGADA PELOS
DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR DO CURSO DE
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS DO INSTITUTO DO
ENSINO SUPERIOR DO AMAPÁ – IESAP***

Macapá

2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus todo poderoso, que está comigo em todos os momentos da minha vida e a minha família nas pessoas de minha mãe Ivone Brito, meu pai Izael de Souza Cabral e meus irmãos Israel Vilhena e Izael Vilhena que no tempo de ausência, de isolamento nas intermináveis horas de estudo, de dedicação a um compromisso de luta pelos nossos próprios ideais: Vocês souberam cativar, entender, compreender e ajudar nos momentos mais difíceis. Hoje, no fim de mais uma etapa da minha vida parei, para agradecer pela compreensão, pelo estímulo nas horas de desânimo, pela atenção que não dei, pelas alegrias e tristezas que muitas vezes não compartilhei com vocês. O mérito desta vitória também é de vocês...

IONE VILHENA CABRAL

AGRADECIMENTOS

A *DEUS* este ser magnífico que ilumina nossas pobres almas encarecidas por seu amor eterno. Dedico este exemplar a minha Família que impulsiona um compromisso de responsabilidade ética com o ser. Em (memória) de Maria Rosa Amanajas Pena minha Mãe, em toda sua glória e dedicação em construir valores humanos. Agradeço também, a três pessoas que são muito especiais na minha vida, pois, encorajam-me, para prosseguir sem desanimar na luta por uma vida melhor, a minha esposa/amiga de todas as horas, *Professora Maria Pena e aos meus filhos; João Elias e João Vicente Pena,*

ROBERTO CARLOS AMANAJAS PENA

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho científico traz um estudo a respeito da avaliação da aprendizagem, em que foi realizada uma pesquisa com os acadêmicos de Licenciatura em Letras do Instituto do Ensino Superior do Amapá para verificar como ocorre o método avaliativo desenvolvido pelos docentes da referida instituição. Além disso, tem-se uma retrospectiva histórica sobre o processo avaliativo, passando pelas novas tendências no conceito de avaliar no passado com relação à atualidade. Onde um novo olhar sob a luz de teóricos compromissados com a educação surge para mudar o quadro histórico de uma avaliação repressora para uma avaliação mediadora, cujo objetivo não é mais de punir e prejudicar o acadêmico mais de introduzi-lo num processo educacional.

Este processo de educação propedêutica normatiza o viés da própria história constrói o mecanismo que interpreta o momento que a educação está sendo inserida para os educandos. Através das avaliações tem-se um resultado que comprove tal excelência das práticas ativas pelo ensino tradicional e democrático. Isto relata que, o docente ao avaliar tais procedimentos também tem que se auto-avaliar, pois, é pertinente que o docente tenha uma visão dos erros e acertos voltados para o ensino.

O processo de ensino é gradual ao passo que este educando acompanha a caminhada do aprendizado de maneira norteadora, tal caminhada é atualizada com mérito de uma inclusão no espaço natural do educando, uma vez inserida no conjunto ensino-aprendizagem, seu meio para o qual, alcance uma harmonia de dignidade que é extraída do campo educacional da informação, no caso, o próprio facilitador que, está regendo a aula ou a informação conduzida.

A metodologia é um estímulo de animo do educador como no educando, pois, para se extrair atenção de uma classe que envolva um conjunto de pessoas agregadas ao ensino é preciso ter uma noção de existência prática do modo de educar, e não simplesmente redigir um ângulo que possa causar danos intelectuais para os ouvintes do saber.

A Filosofia da Educação vem para auxiliar o entendimento nas atividades práticas e teóricas do ensino, por isso é, importante ressaltar que, parte da filosofia é comentada a partir do momento que em se define que os mitos e verdade são atribuídos a natureza da avaliação e da aprendizagem.

Trata-se de uma sintetização sobre aspecto da história da educação no Brasil, uma pequena noção de quando as origens das doutrinas infiltraram-se no composto nacional. Essa tendência tem algo a transmitir na passagem do conceito de avaliação e aprendizagem, porém, queremos deixar claro e límpido que a abordagem feita e de um método utilizado pelo docente, cabe ao discente definir uma postura linear para subjugar que o aprendizado está coerente com a teoria nas considerações do ensino. Em que momento surge problemática ensino? Visualizaremos os instrumentos avaliativos e os baixos rendimentos dos alunos nas avaliações: De quem é a culpa afinal?

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	11
1.1 Panorama das Teorias Educacionais	11
1.2 Breve contexto da Educação religiosa no Brasil	16
1.3 Universidades no Brasil	18
1.4 A Avaliação da Aprendizagem: uma breve evolução histórica	22
2. UM NOVO CONCEITO DE AVALIAR	28
2.1 As Tendências da Atualidade do Processo Avaliativo	28
2.1 As Abordagens da Avaliação da Aprendizagem	33
2.2 Mitos e Verdades sobre Avaliação da Aprendizagem	34
3. O PERFIL DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS DO INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAPÁ	37
3.1 O Conceito do Processo de Avaliação da Aprendizagem na Universidade	37
3.2 A Metodologia Desenvolvida pelo Professor	41
3.3 Os Instrumentos Avaliativos utilizado pelos professores	45
3.4 O Baixo Rendimento dos Alunos na Avaliação: de quem é a culpa?	51
3.5 Planejamento Participativo	53
3.6 Uma proposta para o ensino	57
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
5. REFERÊNCIAL BIBLIOGRAFICO	66

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como abordagem um estudo sistemático a respeito do processo de ensino aprendizagem do aluno no Ensino Superior, principalmente no que tange a avaliação educacional. Daí, a Problemática do projeto de pesquisa ser a seguinte: Quais os mecanismos utilizados pelos professores do ensino superior do Instituto de Ensino Superior do Amapá – IESAP, do curso de Licenciatura em Letras, para avaliar os alunos ao longo do processo de ensino aprendizagem. Logo, o objetivo principal deste trabalho foi verificar como os professores avaliam seus alunos ao longo do processo da aprendizagem.

Para isso, foram necessários a elaboração de três capítulos, no qual, o primeiro trata da Retrospectiva Histórica da Educação no Brasil, que tem como subtítulo o Panorama das teorias Educacionais, onde é descrito desde o período de colonização do Brasil, como ocorria a forma de avaliação nessa época, que segundo alguns autores ela se dava de maneira tradicional, não levando em consideração a opinião dos alunos, onde o que importava era somente o professor dono da verdade. Sendo nesse período de Brasil colônia a educação era ensinada pelos jesuítas, que mais tarde seriam expulsos por Marques de Pombal.

Temos ainda, O surgimento das Universidades no Brasil, que seria a implantação de fato das universidades no país, para que surgiram e qual sua finalidade. Ainda tem-se como subtítulo a Avaliação da Aprendizagem: uma breve evolução histórica, onde é abordado o processo evolutivo pelo qual passou a avaliação, ou seja, de uma avaliação tradicional onde os professores somente puniam os alunos, para uma avaliação diagnostica, do processo, entre outras que vieram a beneficiar a aprendizagem do aluno.

Por este motivo, tem-se então, o segundo capítulo que seria Um novo conceito de avaliar, que trás seguintes subtítulos: As Tendências da Atualidade do Processo Avaliativo, que relata justamente essa mudança no processo de avaliar o aluno, passando pelas tendências que surgiram com os autores que escreveram e brigaram por um novo olhar tanto na educação brasileira quanto na sua forma de avaliar o aluno.

Já o tópico Mitos e Verdades sobre a Avaliação vêm desmistificar a idéia de que a avaliação era um instrumento de medida que tinha a intenção somente de punir. Mas, com as novas tendências observou-se que a avaliação atualmente faz parte do processo de aprendizagem do aluno. Além disso, temos os Tipos de Avaliação, que se caracteriza por explicar como se dá cada uma das formas de se avaliar o aluno, através de uma avaliação tradicional, diagnóstica, do processo, quantitativa e qualitativa, entre outras.

E por último, o terceiro capítulo que é O Perfil do Processo de Avaliação da Aprendizagem no Curso de Licenciatura em Letras do Instituto de Ensino Superior do Amapá – IESAP, que tem como subtítulos: O conceito do Processo de Avaliação da Aprendizagem na Universidade, passando pela sua importância quanto ao fazer científico do acadêmico dentro e fora da universidade, bem como a forma como o aluno apreende o processo avaliativo.

Além disso, temos ainda, a metodologia desenvolvida pelo Professor, no qual os acadêmicos da referida instituição relataram a forma como o docente desenvolve e trabalha sua técnica no decorrer do semestre, que alternativa o catedrático busca para trabalhar com seus educandos em sala de aula. E, os instrumentos avaliativos utilizados pelos professores, que é justamente a maneira pela qual os estudantes serão avaliados expressando através destes mecanismos o que puderam apreender durante a explicação do professor com relação aos conteúdos abordados em sala de aula.

E, por último, tem-se o penúltimo tópico que enfatiza O baixo rendimento dos alunos na avaliação, onde se é questionado de quem é a culpa se do professor ou do aluno com relação ao fracasso dos discentes na prova. E, por fim o Planejamento participativo se existe ou não a participação de todos nesse processo de aprendizagem. E uma proposta para educação no Brasil, tendo como resultante a comunicação e o diálogo entre os sujeitos, resultado este que permite aos docentes um intermédio para solucionar problemas em classe, precisa haver uma comunicação mútua e social entre os protagonistas da educação no caso os: docentes e discentes.

Contudo, o modo de se entender o sistema avaliativo na atualidade, está cada vez mais flexível no que tange a participação do aluno no processo avaliativo, pois

há interação entre professor e aluno em sala de aula, onde ambos são agentes multiplicadores do conhecimento, ocorrendo assim, cumplicidade no entender o meio educacional no qual o aluno está inserido. É o puro reflexo da educação superior, contendo mecanismo que impulsionem o saber. Estamos voltados para uma condição inerente de ensinar, por meio de aulas virtuais se podem utilizar a tecnologia para auxiliar a educação. Adotar tais procedimentos deixa a educação fortalecida num contexto atual, mas deixa o professor acomodado em relação aos conteúdos participativos, e deixar de ser criativa voltada para os ensinamentos cibernéticos do momento.

Capítulo 1

RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

1.1 Panorama das Teorias Educacionais

A educação no Brasil se dá no período da colonização do país pelos portugueses, por meio da atuação dos jesuítas que tinham como objetivo primeiro catequizar os nativos que aqui habitavam. Assim, o ensino ministrado pelos jesuítas é completamente alheio às necessidades da colônia, ou seja, sua função era simplesmente proporcionar ao morador da colônia a cultura geral básica não qualificando para o trabalho, como explica Veiga:

“Os jesuítas foram os principais educadores de quase todo o período colonial, atuando, aqui no Brasil, de 1549 a 1759. No contexto de uma sociedade de economia agrário-exportadora dependente, explorada pela Metrópole, sem diversidade nas relações de produção, a educação não era considerada um valor social importante. Servia de instrumento de dominação da colônia pela aculturação dos povos nativos. A tarefa educativa estava voltada para a catequese e instrução dos indígenas, mas para a elite colonial um outro tipo de educação era oferecido. Assim, os índios e negros foram catequizados e os descendentes dos colonizadores foram instruídos”. (2000, p. 40).

Por este motivo, no período colonial os que pretendiam concluir seus estudos procuravam estudar fora do país como, por exemplo, estudar Direito na Universidade de Coimbra ou Medicina na Montpellier na França, tais cursos eram destinados unicamente às elites. Assim, quem estudava fora do país durante esse período era o filho do Barão, dos grandes proprietários de terras da colônia o índio e o negro não tinham privilégios.

Dessa forma, deve-se levar em consideração que a mão-de-obra na época do Brasil colônia era a escrava, ou seja, eram os índios juntamente com os negros que faziam o serviço pesado. Portanto, não havia motivo por parte dos colonizadores em

qualificar os escravos, posto que, estes nasceram sem alma, por isso sua função era simplesmente trabalhar e nada mais.

Em virtude deste fato, o filho do colonizador que era o privilegiado, pois, tinha a oportunidade de estudar fora da colônia e voltar para tomar conta futuramente dos negócios da família, como enfatiza Xavier (1994, p. 32), a respeito dessa cultura só para os privilegiados, para ela “os filhos primogênitos das famílias proprietárias, herdavam essa função, enquanto aos demais descendentes restava o ofício sacerdotal ou intelectual”. Além disso, vale ressaltar ainda, que eram somente os filhos homens que faziam parte desse processo educacional, pois as mulheres eram preparadas somente para o casamento e tomar conta do lar, não tendo assim direito ao ensino.

Assim, durante alguns anos vigorou o regime jesuítico de ensino voltado para a catequização dos colonos sem nenhuma função para a formação profissional, logo a educação que se tinha nesse período estava pautada nos pressupostos da educação tradicional em que o professor era o dono da verdade. Mas, o ensino ministrado pelos jesuítas não durou muito tempo, pois a partir de 1759, Marques de Pombal insatisfeito com os jesuítas expulsa-os da colônia e implanta um novo modo de ensino.

“O plano *Ratio Studiorum*¹ dominou a educação no Brasil até a expulsão dos jesuítas por Pombal em 1759. Após os jesuítas, não ocorreram no país grandes movimentos pedagógicos, como são poucas as mudanças sofridas pela sociedade colonial durante o Império e a República. Pombal tentou secularizar a educação no sentido de que ela fosse assumida pelo Estado, ocorrendo uma desorganização ao substituir o controlado e organizado sistema jesuíta. Pedagogicamente, esta nova organização representou um retrocesso”. (Idem, 2000, p. 42).

Com a expulsão dos jesuítas fortalece no Brasil, o ensino Tradicional. O país passa de um Estado de total escravidão para um Estado semi-escravo, pois com a chegada dos imigrantes a forma de exploração também muda, tendo em vista a

¹ *Ratio atque Institutioni Studiorum*: Projeto educacional para a educação de jovens por intermédio, especialmente, da Companhia de Jesus, ou seja, era o Método Pedagógico dos Jesuítas, origem da educação secundária (ginasial e colegial), destinadas as classes dominantes.

demanda do mercado que agora exige uma mão-de-obra diferente e qualificada. Assim, segundo Veiga:

“A Pedagogia Tradicionalista leiga refletiu-se, evidentemente, nas disciplinas de natureza pedagógica do currículo das Escolas Normais, que, ao final do século XVIII, estavam disseminadas por quase todas as províncias”. (2000, p. 45)

No período de 1930 a 1945, o Brasil passa por um período de transição, tanto no econômico, como no político, social e principalmente no educacional. A crise mundial provocou no Brasil a crise cafeeira, desencadeou movimentos de reorganização das forças econômicas e políticas. Essa fase representou a instalação de setores sociais que visavam derrubar o sistema oligárquico e implantar uma nova forma de Estado no país. Assim, no que tange a educação argumenta Veiga:

“O governo revolucionário de 1930, Vargas institui o Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1932 é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, preconizando a reconstrução da social da escola na sociedade urbana e industrial. A educação é percebida como instrumento de ação política contra a ordem vigente, como meio de recomposição do poder político”. (2000, p. 47).

Com o movimento dos pioneiros vários debates sobre a forma de ensino são realizados a fim de que se buscasse uma educação de qualidade. Assim, o período de 1930 a 1945 é marcado pelo equilíbrio entre as influências das concepções humanista tradicional (representada pelos católicos) e humanista moderna (representada pelos pioneiros). Ao primeiro na visão tradicional, a educação centra-se no adulto (no educador), no intelecto, no conhecimento. Enquanto, a segunda visão a moderna, focalizava o processo educativo na criança, ou seja, no educando, na vida, na atividade. É o que enfatiza Veiga com relação ao escolanovismo:

“A característica mais marcante do escolanovismo é a valorização da criança, vista como ser dotado de poderes individuais, cuja liberdade,

iniciativa, autonomia e interesses devem ser respeitados. O professor passou a ser um auxiliar do desenvolvimento livre e espontâneo da criança; é ele um facilitador de aprendizagem. Os processos de transmissão-recepção são substituídos pelo processo de elaboração pessoal e o saber é centrado no sujeito cognoscente e não mais no objeto do conhecimento. A valorização do clima de harmonia na sala de aula é uma forma de vivência democrática". (2000, p. 50).

Todavia, no período de 1964, tem-se no país uma fase marcada por movimentos que alteram a ideologia política até então vigente, muda-se a forma de governo e educação no Brasil. O governo queria um modelo político e econômico que desenvolvesse o crescimento sócio-econômico do país de forma acelerada. E, mais uma vez a educação passa a desempenhar papel primordial nesse processo de desenvolvimento do país.

Assim, o ano de 1964 é marcado por dois momentos segundo Romanelli (2007), o primeiro corresponde à implantação do regime militar e o segundo se caracteriza pela adoção de medidas para enfrentar a crise e adequar o planejamento da educação ao Plano Nacional de Desenvolvimento. Neste sentido para a autora:

"As relações que podem existir entre o sistema educacional e o sistema econômico são, assim, mas profundas: elas se medem não apenas em termos de defasagem, mas também em termos de exigências reais do modelo econômico. Ambas determinam o grau de avanço ou de atraso da escola. O fato de o progresso tecnológico não ser o fator dinâmico do desenvolvimento tem conseqüências para a evolução do sistema educacional, na medida em que este, percebendo a defasagem em que se situa, em relação àquele, se propõe mudanças. Mas, estas serão feitas em função das reais exigências daquele. Por outro lado, pode dar-se que, em relação ao sistema educacional, a demanda social, ao comandar a expansão social, não venha a propor um modelo novo de educação. No caso brasileiro, as mudanças ocorridas na escola, em atendimento as exigências da demanda, foram predominantemente quantitativas. Precisamente como aconteceu com os padrões de consumo, os padrões de educação foram determinados pelo fator demanda. A estratificação social e a herança cultural pesaram como elementos predominantes na escolha do tipo de educação escolar a prevalecer". (2007, p. 56)

Por este motivo, o período de 1960 e 1968 é marcado pela crise da Escola Nova e pela implantação do novo modelo educacional, ou seja, a tendência tecnicista, que segundo Veiga:

“Esta tendência tem como núcleo de suas preocupações a racionalização do processo produtivo, pela organização do trabalho, transfere para a gerência o controle realizado pelo produtor. Com isso ocorre a fragmentação e empobrecimento do conteúdo do trabalho que se torna automatizado e desinteressante, de modo a exigir o controle externo. O pressuposto que embasa esta pedagogia está na neutralidade científica inspirada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade. Busca-se a objetivação do trabalho pedagógico, da mesma forma como ocorreu no trabalho fabril. Instala-se na escola a divisão do trabalho sob a justificativa da produtividade, propiciando o parcelamento e a fragmentação do processo de ensino”. (2000, p. 58).

A partir de 1978, iniciam-se as manifestações em torno de uma teoria crítica da educação, o país vive a política econômica de desenvolvimento integrado; os movimentos de caráter civil, religioso e sindical aparecem com força reivindicando melhores condições de vida, trabalho, saúde, habitação e educação. E, na metade da década de 80, instala-se a República, a ascensão do governo civil da Aliança Democrática assinala o fim da ditadura militar, e com ela um novo modelo se insere na educação, a respeito disso observa Veiga:

“A Didática no bojo da Pedagogia Crítica auxilia no processo de politização do futuro professor, de modo que ele possa perceber a ideologia que inspirou a natureza do conhecimento usado e a prática desenvolvida na escola. Enfim, a Didática deve contribuir para ampliar a visão do professor quanto as perspectivas didático-pedagógicas mais coerentes com a nossa realidade educacional, ao analisar as contradições entre o que é, realmente, o cotidiano da sala de aula e ideário pedagógico calcado nos princípios da teoria liberal, arraigada na prática dos professores. O ensino é concebido como um processo sistemático e intencional de difusão e elaboração dos conteúdos culturais e científicos. Não é difícil observar que nos encontros e

seminários de educação a Tonica das discussões privilegia a análise critica da educação, com uma visão histórica e preocupada com a transformação da sociedade". (2000, p. 68).

Assim, com o fim da ditadura militar e a nova Republica abre-se caminho para a produção intelectual do conhecimento científico. Os pensadores de uma nova pedagogia, ou seja, mais democrática passam agora a discutir as novas tendências educacionais onde professores e alunos atuam juntos não mais existindo exclusão por parte destes com relação ao conhecimento dos seus alunos.

1.2 Breve contexto da Educação Religiosa no Brasil

O Brasil tem suas primeiras atribuições educacionais com os padres jesuítas (comentado no tópico anterior), podiam ser analisados similares ao processo educativo, a educação religiosa provinha da idade média quando a Europa foi conduzida pelos tratados teocêntricos da palavra divina como mediador do povo. Porém, com a formação e o nascer da burguesia cria-se um novo estilo de vida baseado na exploração material e propriedade intelectual do povo pelo clero, e este configura-se por meio da coroa de Cristo em manipular por intermédio das ações as consciências dormentes e cansadas sob domínio da retórica cristã.

Comenta ARRUDA 2007:

“Embora recebessem educação padronizada, os brasileiros entravam em contato com outros estilos de vida e traziam as aspirações da civilização urbana mais avançada e vislumbrada no velho mundo para contrapor ao modo de vida rural e patriarcal da colônia. Esses elementos de diferenciação fizeram germinar idéias políticos e sociais reveladoras da insatisfação do *Status quo*”. (ARRUDA PG.165)

Com isso, a estrutura da igreja ultrapassa os limites da educação, tendo a monarquia para estabelecer uma divisão entre o homem iletrado pelo homem

erudito. A reminiscência por meio da patrística e escolástica configura a passagem por esse período turbulento em que, o lado educacional estava contido em poder do clero e monarquia seguido pela burguesia.

Identifica-se que a educação no Brasil continuava a ser isômera a do século anterior mantendo-se um ensino tradicional baseado nos pensadores racionalista com ênfase na cultura dos poderosos que possuíam maior riqueza e os privilégios da intelectualidade da corte. Isso desdobrava-se com outros conceitos que, visualizassem a maneira de como o saber era repassado. A educação aos poucos foi participando da cúpula oriunda da classe da opulência, sendo moldada a partir da graça ocidental urbanizada, aos desígnios climáticos e tropicais do Brasil.

Assegura ARRUDA 2007:

“A educação interessava apenas a poucos elementos da classe dirigente e, ainda assim, como ornamento e erudição. Era literária, abstrata – além de dogmática -, afastadas dos interesses materiais, utilitários, e até estranha, por tentar trazer o espírito europeu urbano para um ambiente agreste e rural”. (ARRUDA PG. 164)

A especificidade dos jesuítas no Brasil era apenas doutrinar os verdadeiros donos da terra para depois transmitir a cultura de vida e aspirações do velho continente, contudo as companhias eram responsáveis pela educação religiosa, o ensino jesuítico controlava as lições de aprendizagem e limitações destinadas ao modo de alcançar funções de obediência.

A colônia estava voltada para produção e não para a educação, nesse seguimento as proporções era a de um ensino desprezado pela sociedade, o que, caracterizou-se um total abandono nas noções de saber, o reflexo se estende as nações ocidentais como modelo a seguir pela doutrina dogmática. Embora alguns brasileiros procurassem por meios próprios o destino educacional como forma de sobrevivência, já que a ação era oferecida pela igreja e não pela coroa, passa-se então a perceber que, para sorver o ensino o apostolado era preciso dirigir-se com

suas colocações para os seminários e colégios religiosos sobre doutrina rigidamente clerical.

Comenta ARRUDA 2007:

“No século XVII, o ensino no Brasil não apresentou grandes diferenças com relação ao século anterior. O ensino jesuítico manteve a escola conservadora, alheia a revolução intelectual representada pelo racionalismo cartesiano e pelo renascimento científico. Centrada no nível secundário, a educação visava a educação humanística, privilegiando o estudo do latim, dos clássicos e da religião. Não fazia parte do currículo escolar as ciências físicas ou naturais, bem como as técnicas ou as artes”.

(ARRUDA PG.164)

Com fundamento nestas colocações e propriedades torna a igreja a única detentora da informação para época, já que, para se inserir no lado formal do conhecimento bastava-se colocar a disposição dos seus cuidados sacerdotais. Frisa que era uma saída para o mundo do saber. Os seminaristas eram enviados para estudos no antigo continente, e estudavam as técnicas e a maneira como os dirigentes do apostolado aprendiam a ciência da educação.

1.3 Universidades no Brasil

O surgimento da universidade no Brasil inicia-se com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, exatamente 308 (trezentos e oito) anos após o descobrimento da colônia por Cabral. Esse fato por si só já evidencia a estruturação do Ensino superior no Brasil. A educação no Brasil, já nasceu com características de desigualdade social.

Os portugueses proibiram a instalação das universidades na colônia, formando assim, uma resistência à idéia de um projeto de ensino no país, principalmente quando, naquele período, estes mandavam seus filhos estudarem em Coimbra. Esse fato evidencia que as várias reformas estabelecidas ao longo dos governos coloniais, imperiais e da primeira república são de um ensino voltado para as elites.

Dessa forma, depois da transferência da corte de Portugal para o Brasil, algumas escolas superiores foram criadas no Rio de Janeiro e na Bahia. Durante o processo de separação da metrópole, os vários projetos de criação de universidades foram apresentados e abortados. Somente em 1915, já na República, o governo reuniu escolas politécnicas, faculdades de direito e de medicina da então capital brasileira na Universidade do Rio de Janeiro, considerada a primeira instituição de ensino superior do país. Como enfatiza Romanelli que:

“A primeira organização desse ensino em Universidade, por determinação do Governo Federal, só apareceu em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro pelo decreto n.º 14.343, de 7 de setembro de 1920, durante o governo Epitácio Pessoa. Não passou porem, essa primeira criação, de a agregação de três escolas superiores existentes no Rio: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica”. (2007, p. 132)

Por este motivo, desde início o ensino superior no Brasil apresenta-se sem nenhum caráter nacional, sendo apenas influenciado por um espírito colonialista e colonizador. Por este motivo, no caso brasileiro é preciso atentar para o fato de que desde suas origens foi dependente dos centros hegemônicos. Desse modo, com a finalidade de reforçar os vínculos de dependência o governo português procura impedir a criação de instituições de ensino superior, assim como da imprensa, com receio de que pudessem se constituir como instrumento de libertação dos colonos. Comenta Arruda 2006:

“Os cursos superiores, mesmos quando transformados em faculdades, permanecem como institutos isolados, sem que houvesse interesse na formação de universidades (que só surgiram no século XX). De qualquer forma, a atenção especial dada ao ensino superior reforçava o caráter elitista e aristocrático da educação brasileira, que privilegia o acesso aos nobres, aos proprietários de terras e u uma camada intermediária, surgida de ampliação dos quadros administrativos e burocráticos”. (ARRUDA, pg. 226)

Assim, em 1909 surge a Universidade de Manaus, em 1911 a de São Paulo e em 1912 a do Paraná como instituições livres, porém por força do decreto governamental nº 14343 de 07 de Setembro de 1920, os autores são levados a considerar como primeira Universidade brasileira a Universidade do Rio de Janeiro.

Diante disso, a desobrigação do Estado em se tratando de coisa pública, a dificuldade do acesso à universidade às populações menos favorecidas, a falta de investimento, os baixos salários para os professores fazem parte do nosso cotidiano e se constituem num resultado de opções de políticas públicas realizadas pelos governos. Com o governo Vargas, há uma tentativa de mudança do modelo estabelecido. É decretado o estatuto das universidades, embora ainda não houvesse a intenção de promover uma educação para todos. Assim, de acordo com o decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931, as universidades deveriam ter como fim o seguinte:

“Art. 1.º - O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade”.
(2007, p. 133)

Desse modo, no final de década de 50, ocorre a federalização das universidades que inicia na Era Vargas, mas tem seu ponto referencial alguns anos depois, já no governo Dutra, que aliado a uma política de expansão e equivalência do ensino secundário ocasiona um grande aumento da oferta do ensino público. Assim, nas décadas 60 e 70 período em que a ditadura militar era forma de governo, houve uma reforma universitária que além de criar efetivamente a instituição universitária no Brasil, incentivou a criação cada vez maior das universidades privadas, seguindo o modelo norte americano de educação. Controversamente foi nesse momento, que a universidade sofreu seu maior impulso de nossa história, a despeito de todo autoritarismo e repressão da época.

Comenta Arruda 2006:

“A reforma extinguiu a cátedra (cargo de professor universitário, titular em determinada disciplina), unificou o vestibular e aglutinou as faculdades em universidades para melhor concentração de recursos materiais e humanos, tendo em vista maior eficácia e produtividade. Instituiu também o curso básico nas faculdades para suprir as deficiências do 2º grau e, no ciclo profissional, estabeleceu cursos de curta e longa duração. Desenvolveu ainda um programa de pós-graduação”. (ARRUDA pg.317)

Neste sentido, a universidade segundo Santos (2006, p. 188), apud Karl Jaspers, definia sua missão como “sendo o lugar onde por concessão do Estado e da sociedade uma determinada época pode cultivar a mais lúcida consciência de si própria”. Assim, os três grandes objetivos da universidade eram a investigação, um centro de cultura e o ensino devem formar para as aptidões profissionais. Assim, de acordo com a época e, neste caso temos o exemplo das mobilizações sociais entre eles o que pode ser denominado característica de luta das universidades é o movimento estudantil.

Esse movimento, principalmente na década de 60 foi o marco segundo Santos (2006, p. 205), das reivindicações mais radicais no sentido da intervenção social da sociedade. Assim, o papel da universidade era de comprometer-se com os problemas sociais como fome, desastre ecológico, armamentismo, criminalidade, formação de profissionais e outros.

Contudo, com a chegada da modernidade a característica da universidade muda e se fundamenta no tripé que é o ensino, pesquisa e extensão, ou seja, o foco central passa a se basear na pesquisa voltada para novas descobertas que possam vim a beneficiar a sociedade de modo geral, assim teorias surgem e são questionadas ao mesmo tempo, para que um novo paradigma se forme para novamente ser questionado, temos então, que a modernidade vive em uma constante quebra de paradigmas. E, esse fato acontece justamente dentro das grandes universidades, onde seus cientistas trabalham através de pesquisas para desenvolvimento e bem estar da sociedade moderna.

O ato de ensinar constitui assim, uma das discussões do âmbito da pedagogia. A ação do docente se caracteriza, segundo Anastasiou (2004, p. 14), em ensinar, aprender e apreender, sendo que o ensinar contém duas dimensões: uma utilização intencional e uma de resultado. Sem essas ações básicas é impossível ao docente ministrar uma boa aula, logo, alcançar seus objetivos propostos com a turma também se torna difícil. Assim, para muitos professores, o ensinar corresponde simplesmente, ao fato de transmitir conteúdos, ou seja, na exposição oral, sem a preocupação por parte deste em saber se os seus alunos assimilaram e aprenderam o conteúdo.

Diante disso, no processo de aprendizagem o docente tem que ter clareza de que se ensina para um saber. A respeito disso Anastasiou (2004, p.15), faz as seguintes indagações que “o saber inclui um saber o quê, um saber como, um saber por quê e um saber para quê”. Com esses questionamentos o professor estar envolvendo os sujeitos (discentes) em sua totalidade, ocorrendo, assim uma ação conjunta dos conteúdos entre professor e aluno. Isto ocorrendo temos, o que autora citada chama de “unidade dialética processual”, na qual o papel condutor do professor e a auto-atividade do aluno se efetivam em mão dupla. Tendo como foco tais pressupostos se faz necessário analisar o processo da avaliação da aprendizagem, considerando que é um dos eixos norteadores no ato de ensinar e aprender.

Verificou-se que desde o início da colonização do Brasil, a educação assumiu uma postura tradicional, onde o ensino era pautado no educador e não no educando. Por este motivo a forma como se avaliava o aluno também era tradicional e errada, pois essa prática visava apenas o resultado, ou seja, a nota final. Não interessava ao professor saber se o aluno tinha ou não aprendido os conteúdos e muito menos relacionar a vida cotidiana desse, ou seja, a realidade a qual ele está inserido com os conteúdos. A esse respeito enfatiza Luckesi:

“A prática da avaliação escolar, dentro do modelo liberal conservador, terá de, obrigatoriamente, ser autoritária, pois esse caráter pertence à essência dessa perspectiva de sociedade, que exige o controle e o enquadramento dos indivíduos nos parâmetros previamente estabelecidos de equilíbrio social, seja pela utilização de coações explícitas seja pelos meios subreptícios das diversas modalidades de propaganda ideológica. A avaliação educacional será, assim, um instrumento disciplinador não só das condutas cognitivas como também das sociais, no contexto da escola”. (2002, p. 32).

Dessa forma, o professor simplesmente repassava os assuntos e os alunos absorviam sem direito a questioná-lo, pois este era tido como o dono da verdade, logo, sendo inquestionável. Assim, o professor era possuidor de todo o conhecimento, por isso na hora da avaliação o aluno que não o respeitasse já ficava marcado e geralmente acabava ficando reprovado com este professor, pois para ele a avaliação era o “acerto de contas entre professor e aluno”. Isso mostra o quanto o professor dessa época não possuía competências para lidar com a relação docente e discente, assim, para Moretto o professor competente deve ter as seguintes habilidades:

“O conhecimento dos diferentes instrumentos para avaliação e da melhor forma de utilizá-los é um dos recursos de que o professor competente deve dispor. Este conhecimento está ligado à convicção de que a avaliação não deve servir de instrumento de pressão para manter a disciplina em aula ou de fazer o aluno estudar”. (2002, p. 31).

Pode-se, analisar então, que avaliação não deve ser tida como um instrumento para reprimir o aluno, de punição ou acerto de contas, mas como um momento privilegiado entre o professor e aluno, onde os dois devem ser avaliados ao mesmo tempo, pois o educador também faz parte desse processo de avaliação, tendo em vista que se mais de 70% da turma tira nota baixa o professor deve rever sua prática educacional.

Assim, durante muitos anos se associou a avaliação à uma questão de competição e não de absolvição de conhecimentos ela ainda, está ligada a forma de classificação dos alunos, ou seja, muitos discentes são considerados os melhores

em sala de aula pelas notas altas que tiram nas provas, e aqueles que tiram notas baixas são tidos como “maus alunos, desinteressados, que não querem nenhum tipo de compromisso com a escola”, tem-se então, uma escala de hierarquias dentro da sala de aula, sobre esse assunto aborda Perrenoud:

“A avaliação é tradicionalmente associada, na escola, à *criação de hierarquias de excelência*. Os alunos são comparados e depois classificados em virtude de uma norma de excelência, definida no absoluto ou encarnada pelo professor e pelos melhores alunos. Na maioria das vezes, essas duas referências se misturam, com uma dominante: na elaboração das tabelas, enquanto alguns professores falam de exigências preestabelecidas, outros constroem sua tabela a *posteriori*, em função da distribuição dos resultados, sem todavia chegar a dar sistematicamente a melhor nota possível ao trabalho “menos ruim”. (1999, p.11).

Portanto, para aqueles alunos que tiram notas baixas durante o ano todo ao final deste ano letivo, geralmente estes tem que correr atrás do prejuízo para não ficarem reprovados, assim muitos educandos acabam firmando acordos com os professores para que passem de ano em troca de melhorarem no ano seguinte é o que enfatiza Perrenoud:

“Sobre esse ponto, deve-se evidentemente distinguir as situações: a pragmática da avaliação continua durante o ano escolar remete de início, ao andamento da aula, à progressão no programa, à manutenção da ordem, às vezes a individualização das aprendizagens ou a certas ações de remediação. A curto prazo, a orientação não está em jogo. Trata-se daquilo que o professor faz com sua turma ou com certos alunos e também do que determinado aluno faz, sobretudo se seus resultados forem insuficientes: aula de reforço, trabalho extra, mais dedicação aos temas ou à preparação das próximas provas, eventuais aulas particulares, controle mais restrito em casa ou em aula, etc”. (1999, p.53).

Assim, cabe ao professor ter toda a cautela possível no momento em que for avaliar o seu aluno, pois é o futuro deste que mais tarde vai está em jogo. Pois

existem muitos casos de maus profissionais atuando em áreas que não dominam por não terem tido uma boa orientação quando estavam estudando, neste sentido, cabe ao docente auxiliar o aluno para uma boa formação para que no futuro esse discente não venha a ser simplesmente mais um diplomado no meio de tantos outros.

Dessa forma, é muito difícil se falar em avaliação e mais ainda em aplicação de prova, pois esse método pedagógico visa na escolha daquele aluno considerado o melhor em sala de aula. Além disso, o professor enquanto agente facilitador do processo de ensino aprendizagem é quem vai quantificar o aluno e é isso que muitos acabam fazendo quantificam seus alunos ao invés de qualificá-los de acordo com a sua aprendizagem. Até aqui muito se falou em avaliação mais o que significa essa palavra que tanto medo causa aos alunos. Segundo Perrenoud:

“Trata-se exatamente de uma operação intelectual que tenta situar um indivíduo em um universo de atributos quantitativos ou qualitativos. Por essa razão, ela certamente diz respeito à epistemologia e à metodologia da medida. Isso não deveria nos fazer esquecer que a avaliação é sempre muito mais que uma medida. É uma representação, construída por alguém, do valor escolar ou intelectual de outro indivíduo. Inscreve-se, pois, em uma relação social específica, que une um avaliador e um avaliado. Na realidade, essa relação une em geral mais do que duas pessoas, já que avaliador é o agente de uma organização complexa, em nome da qual avalia, enquanto que o aluno faz parte de uma turma e pertence a uma família, estando esses dois grupos, por razões diferentes, envolvidos pela avaliação de seus membros”. (1999, p.57).

Portanto, como aborda Perrenoud (1999), a avaliação consiste sim em uma medida e quantidade, tendo em vista a necessidade de se quantificar o desempenho dos alunos com relação a aprendizagem, mas também essa mesma avaliação pode ser qualitativa, na medida em que leva em consideração o desenvolvimento, assim como, a produção intelectual desse aluno ao longo do ano letivo.

Assim, a avaliação escolar da aprendizagem dos alunos e alunas, jovens e adultos tem sido denunciada como uma prática de seletividade escolar e de exclusão social dentro e fora da sala de aula. Nesta concepção excludente, ela se

define como um processo de controle da atuação escolar, do trabalho docente e da aprendizagem dos estudantes, onde se observa suas dimensões técnicas e as práticas que hierarquizam as pessoas.

Por este motivo constantemente, avaliação e medição se confundem, pois o processo de ensino aprendizagem é avaliado de acordo com o rendimento escolar, ou seja, através da quantificação dos fatos observáveis, buscando procedimentos e instrumentos mais capazes de garantir sua objetividade, validade, eficiência no ato de avaliar. Com isso, a avaliação se firma no estabelecimento de um padrão que serve como instrumento de comparação, diferenciação, hierarquização, seleção e exclusão, associando aprendizagem à reprodução do que foi ensinado, assim de acordo com Luckesi:

“A avaliação assumida como um instrumento de compreensão do estágio em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. Se é importante aprender aquilo que se ensina na escola, a função da avaliação será possibilitar ao educador condições de compreensão do estágio em que o aluno se encontra, tendo em vista poder trabalhar com ele para que saia do estágio defasado em se encontra e possa avançar em termos de conhecimentos necessários”. (1995, p.81).

Dessa forma, avaliar não é simplesmente atribuir uma nota, aprovar ou reprovar, mas acompanhar a aprendizagem do aluno e o seu desenvolvimento. Por este motivo não é viável a classificação dos alunos e nem avaliar como forma de poder. A avaliação deve ser desenvolvida através de diagnóstico levando em conta o desenvolvimento do aluno e a prática pedagógica desenvolvida pelo professor. Assim, a avaliação deve ser entendida como processo que permite ao professor e a escola observarem os resultados de sua prática e rever sua forma de avaliar. Como afirma Luckesi:

“A prática da avaliação da aprendizagem em seu sentido pleno, só será possível na medida em que se estiver efetivamente interessado na aprendizagem do educando, ou seja, há de se estar interessado que o educando aprenda aquilo que está sendo ensinado. Ela adquire seu sentido

na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu conseqüente projeto de ensino". (Luckesi. 1990, p. 80).

Neste sentido, temos que não se avaliaria mais os alunos de forma classificatória como se fazia na escola tradicional. Mas ao contrario se buscaria uma nova forma de avaliar que de acordo com Luckesi (1995) seria a avaliação diagnóstica que estabelece a participação social dos alunos no processo de ensino aprendizagem.

Portanto, o que se teria de fato era estabelecimento de uma espécie de "pacto" entre professores e alunos para o melhor desenvolvimento da pratica aplicada pelo docente, levando em consideração as possibilidades de seus discentes para só então, ocorrer a aprendizagem de fato.

Capítulo 2

UM NOVO CONCEITO DE AVALIAR

2.1 As Tendências da Atualidade do Processo Avaliativo

A educação ao longo do processo histórico passou por várias transformações, de uma educação tradicional, onde o que se tinha era a autoridade máxima do professor em sala de aula; depois tivemos uma tendência mais libertadora, dando-se ênfase mais nos alunos; a Escola Nova até chegarmos a educação de hoje, pós Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB que reformulou significativamente o modo de ensinar no Brasil.

Com a LDB 9394/96, ocorreram mudanças na educação infantil, educação básica e educação superior. O centro das atenções, agora, não é simplesmente o professor como ocorria na educação tradicional, o aluno também passa a ser peça importante nesse processo de ensino aprendizagem. Na tendência tradicional o professor transmitia o conteúdo sem que houvesse questionamento por parte dos alunos, estes eram meros receptores de conteúdos, a figura do professor era inquestionável, ele era o dono da verdade.

Hodiernamente, isso mudou o aluno passa, agora, a ser questionador, pensador, crítico do processo de ensino aprendizagem, o professor e o aluno numa relação de interação rompem com o tradicionalismo e adotam uma educação renovadora, dando-se ênfase no cotidiano dos alunos. Por este motivo, temos uma nova postura com relação ao modo de avaliação dos alunos. Assim, como a educação passou por mudanças a avaliação também sofreu alterações, pois antigamente e ainda hoje é possível visualizar traços de uma avaliação repressiva, onde o objetivo de alguns professores era somente o de punir os alunos.

Além disso, a avaliação durante muito tempo foi tida como instrumento de medida, ou seja, o professor simplesmente repassa os conteúdos aos alunos e em seguida marcava a prova que iria medir a capacidade dos melhores da turma, neste

caso o que importava para este profissional, não era a apreensão dos conteúdos, mas sim a nota final da prova. Neste sentido aborda Luckesi que:

“O sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/reprovação do total dos educandos; os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, por isso, servem-se dos mais variados expedientes. O nosso exercício pedagógico escolar é atravessado por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino aprendizagem”. (1997, p. 18)

O professor não levava em consideração a opinião dos alunos se este o questionasse, acabava sendo marcado por ele e geralmente a resposta viria na hora da prova. Durante muitos anos isso ocorreu como forma de punição aos alunos, a escola tinha como objetivo a disputa entre os alunos e isso se dava através da prática da avaliação, que os melhores, aqueles que notas baixas eram maus vistos, pois se tiravam tal nota não era culpa do professor, mais sim dos alunos, porque não se interessavam em aprender.

Portanto, temos que este tipo de profissional não é capaz de rever sua prática educativa, ao ponto de refletir sobre sua metodologia e adequá-la de acordo com o desempenho da turma, pois se mais de 50% da classe tira nota baixa, isso não significa que é somente culpa dos alunos, sendo assim, este precisa reavaliar sua prática enquanto docente, neste sentido concorda-se com o que diz Romão (2001, p. 47), “avaliar não é simples e exige domínio de conhecimentos e técnicas além de experiências em processos concretos de avaliação”, por este motivo pode-se dizer que a avaliação é algo complexo, pois não é simples avaliar alguém e ser avaliado e, mais o professor assumir que sua prática educativa está equivocada ao ponto de mudar sua metodologia.

Diante do argumento observa-se que a metodologia utilizada por alguns professores se encaixa nesse perfil, onde o que se tem é docentes descompromissados com seus alunos, não levando em consideração a vida

cotidiana dos mesmos. Assim, tem-se um professor que vem para sala de aula somente repassar os conteúdos para se chegar a uma avaliação que vai medir o aluno quantitativamente e não qualitativamente. É o que ressalta Fidalgo (1998)² com relação à avaliação:

“Ela se define como um processo de controle da atuação escolar, do trabalho docente e da aprendizagem dos estudantes, onde sobressai sua dimensão técnica e pratica que hierarquizam as pessoas. Frequentemente, avaliação e medição se confundem, pois a ênfase do processo é posto na aferição do rendimento escolar, através da qualificação dos fatos observáveis, buscando procedimentos e instrumentos mais capazes de garantir sua objetividade, validade, eficiência e neutralidade”.

Todavia o que se observa é que esses tipos de praticas estão mudando, aos poucos os professores estão adequando a sua metodologia de ensino, logo, sua pratica avaliativa à realidade dos alunos. Assim, observa-se que os professores atualmente, são capazes de rever e alterar sua forma de avaliar dependendo do desempenho dos seus alunos, optando, então, por uma avaliação do processo, ou seja, aquela onde o professor ao longo do processo de ensino – aprendizagem procura conhecer a realidade dos seus alunos, através da “bagagem” cultural que ele trás de casa, pois esse aluno não é vazio, do desempenho do mesmo ao longo da aprendizagem para então, o docente poder avaliar seu aluno, isso ocorrendo a relação professor e aluno se torna mais prazerosa.

Mas, é importante salientar que alguns professores ainda optam pelo estilo tradicional de avaliar os alunos, esse profissional não está disposto em mudar sua pratica docente, logo, é um professor acomodado e desatualizado do processo educacional. E, mais não tem a preocupação de buscar novas formas de avaliar e nem de refletir sobre sua postura enquanto educador.

Obviamente, esse profissional não está preocupado com o desempenho e rendimento dos alunos, tendo em vista que o que importa para ele é somente a quantificação e não a qualidade e a forma como os alunos estão absorvendo e aprendendo os conteúdos. Se a maioria da turma tirar notas baixas, geralmente

² Texto extraído do artigo científico da professora Ms. Maria Betânia Fidalgo.

esse tipo de professor culpa os alunos, “pois eles não se interessam em aprender, mas será que o professor enquanto educador não tem uma parcela de culpa?” para este profissional não, porque ele não é capaz de reconhecer que a sua metodologia, sua forma de avaliar está ultrapassada para ele o professor nunca erra é infalível, portanto não é capaz de fazer uma auto-avaliação dele próprio, neste sentido diz Hoffmam:

“O que se pode dizer é que todo educador precisa dar-se conta de que é seriamente comprometido com o juízo de valor emitido sobre o educando. Seu olhar estreita-se perigosamente ao considerar o processo avaliativo como uma ação objetiva e imparcial, puramente constativa sobre o fazer do aluno, como uma coleta de dados observáveis. Ao estabelecer o juízo de valor sobre o que observa, o professor interpreta o que vê a partir de suas experiências de vida, sentimentos e teorias. Na avaliação educacional há que se levar em conta a relação entre o avaliador e o avaliado”. (1998, p. 13)

Contudo, o que se pode observar é que tanto o professor quanto o aluno são agentes essenciais para o processo de ensino aprendizagem, e que o docente exerce função significativa na formação do discente. O educador não tem que ser mero repassador dos conteúdos, mais sim um mediador entre o conhecimento de seus alunos e, principalmente, a avaliação não deve ser utilizada como instrumento de repressão, punição e medida, mas como ferramenta que venha proporcionar conhecimento a esse aluno.

Por este motivo, é que novas tendências estão surgindo sobre a forma de como o professor deve avaliar seus alunos. Atualmente um “leque” de possibilidades no ato de avaliar o discente é discutido e transmitido por todos os seguimentos da educação. Assim, vários teóricos como Luckesi, Demo, Hoffmam e entre outros, abordam sobre novas formas de se avaliar o aluno dentro de um processo educacional.

Para que isto ocorra, o professor além de ser um profissional da área em que está atuando, deve também ter competências para saber trabalhar com seus alunos a melhor forma de avaliá-los. Neste sentido seus alunos também desempenham

habilidades e competências que ao longo do processo educacional devem ser observadas e trabalhadas pelo professor para o melhor desempenho dos seus alunos. Assim, de acordo com Moretto:

“Na escola tradicional competências estava relacionado a aquisição de conteúdos, tendo como habilidades a simples memorização e reprodução; já a escola nova se baseia pela aquisição de competências por meio do desenvolvimento de habilidades nos domínios cognitivos, afetivo e psicomotor”. (1999, p. 50)

Portanto, Moretto faz diferença entre habilidades e competências, para ele habilidade está associada ao “saber fazer” algo específico, ou seja, o indivíduo estará sempre associado a uma ação física ou mental, indicadora de uma capacidade adquirida por ele. Enquanto, competências está associada à estrutura resultante do desenvolvimento harmônico de um conjunto de habilidades e que caracteriza uma função específica.

Diante, do exposto, quer se elucidar que assim como o aluno o professor também apresenta habilidades e competências na hora de avaliar seus alunos, pois é sabido que muitos discentes se aproveitam de determinadas situações como, por exemplo: doenças, morte de algum parente, etc. para na hora da avaliação tentar convencer o professor a repassar outro trabalho para ele, é neste momento que o professor deve saber lidar com esses tipos de imprevistos que são freqüentes em sala de aula. Assim, de acordo com Moretto:

“O professor que ensina em busca do desenvolvimento das competências reage de outra forma. Em primeiro lugar, não faz segredo dos objetivos de suas questões, pois está convencido que ensina para que aluno aprenda e a avaliação nada mais é que um momento especial deste processo da aprendizagem. Para isso elabora situações que levem o aluno a manifestar suas competências, como o faz um profissional, isto é, dando oportunidades para consultas, ou mesmo fazendo provas em duplas, a fim de que a interação com o outro facilite a aprendizagem. Aos poucos, os alunos passam a perceber novos valores culturais, encarando as provas (escritas ou orais, individuais ou em grupos) como momentos privilegiados de estudo e não como acerto de contas”. (2002, p. 26)

Portanto, o professor como bom profissional que é preocupado com o processo de ensino aprendizagem, provavelmente seguirá por este caminho, ou seja, dando possibilidades para que seus alunos ao longo do decorrer do ano letivo possam desenvolver suas competências de acordo com suas habilidades dentro da sala de aula. Trabalhando a avaliação com os alunos da melhor forma possível e não fazendo desta um objeto de poder e dominação. Assim, competência está relacionada planejar a aula, dar aula e avaliar a aprendizagem dos alunos ao longo do processo educacional.

2.2 As Abordagens da Avaliação e da Aprendizagem

É a partir da década de 1990 e 2000 que autores como Hoffmam (1991, 1993, 1998), Luckesi (1995), Demo (1995), Souza (1995) e entre outros, vão elaborar uma nova forma de se avaliar o processo de ensino aprendizagem dos alunos. Estes autores desenvolveram teorias pautadas nas dimensões políticas, social, além de abordarem a respeito da função e objetivo da avaliação.

Assim, antigamente o que se tinha era uma forma de avaliação tradicional, medidora e exclusiva, ou seja, alguns professores visavam optar por uma avaliação autoritarista, onde o poder é atribuído a ele sem refletir a consequência que ele pode representar para os alunos e para o processo de ensino aprendizagem. Além disso, ainda, temos a avaliação classificatória que visa a disputa entre os alunos dentro da sala de aula, tornando-se, assim estática, pois leva para a quantificação dos discentes.

Neste sentido, têm-se, então uma avaliação excludente, a qual se encaminha para um aspecto seletivo entre os alunos, apontando, assim, para o fracasso do processo de ensino aprendizagem como um fato presente na realidade escolar. Mas, a partir dos autores citados esses conceitos ultrapassados sobre avaliação são aos poucos sendo excluídos do processo de aprendizagem dos educandos.

Hodiernamente, temos, tipos de avaliação como, por exemplo: a diagnóstica, avaliação no processo, avaliação formativa, etc. Assim, Luckesi (1995), propõe que

no lugar de uma avaliação classificatória e autoritária, o professor apresente uma avaliação diagnóstica, que seria:

“A avaliação assumida como instrumento de compreensão do estágio em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. Se é importante aprender aquilo que se ensina na escola, a função da avaliação será possibilitar ao educador, condições de compreensão do estágio”. (1995, p.)

Seguindo esta abordagem, o professor ao avaliar tem que ter um diagnóstico geral de sua turma. Mas de que forma ele vai fazer isso? Analisando, observando, conhecendo, fazendo relatórios de seus alunos ao longo do processo de ensino aprendizagem, para só, então se chegar a um prognóstico da turma a qual está trabalhando.

Já Perrenoud (1999), enfatiza a respeito da avaliação formativa, ou seja, aquela que está verdadeiramente a serviço do aluno, do seu desempenho cognitivo e crescimento intelectual. Para ele na avaliação formativa:

“Os erros e dificuldades são considerados “normais” durante o desenvolvimento do aprendizado, levando o professor a observar mais metodicamente os alunos, a procurar compreender melhor seu pensamento de modo a ajustar de maneira sistemática e individualizada suas intervenções pedagógicas e as situações didáticas que propõe, na expectativa de otimizar as aprendizagens”. (1999, p.68)

2.3 Mitos e Verdades sobre Avaliação da Aprendizagem

Muito se falou a respeito de avaliação como sendo um instrumento de medida, de reprovação, de controle e domínio por parte do professor para com seus alunos. Diante disso, temos que existem alguns mitos e verdades a respeito desse tema que será elucidado. Com relação a prova existem os seguintes mitos: que ela “não prova nada”, que é um instrumento de tortura, é recurso para manter a autoridade do professor, assim como também é um momento difícil para ele, é a

única forma de verificação da aprendizagem e aluno só estuda nas vésperas da prova.

Na realidade a avaliação é parte integrante do processo de ensino aprendizagem, além disso, pode ser subjetiva e objetiva tanto para o professor quanto para o aluno e instrumento indispensável para a orientação do ensino dos alunos. Assim, ela visa para o processo de aprendizagem, recolher informações a respeito da classe a qual o professor está trabalhando, bem como, a apropriação do conhecimento por parte dos alunos com relação aos conteúdos e a socialização do mesmo.

Dessa forma, ao avaliar o aluno, o professor competente deve ter em mente que o que está em jogo não é somente o lado quantitativo, mais sim o qualitativo que é o mais importante no processo da aprendizagem. Neste sentido, ele deve avaliar da seguinte forma: utilizar linguagem clara e precisa, contextualizar situações relevantes, explorar os seguintes níveis de operações mentais e principalmente respeitar as características cognitivas dos seus alunos. Como enfatiza Moretto que:

“O conhecimento dos diferentes instrumentos para avaliação e da melhor de utilizá-los é um dos recursos de que o professor competente deve dispor. Este conhecimento está ligado à convicção de que a avaliação não deve servir de instrumento de pressão para manter a disciplina em aula ou de fazer o aluno estudar. A habilidade de elaborar bem as provas é outro recurso que o professor competente precisa ter para enfrentar a situação. Elaborar bem é saber contextualizar de acordo com os objetivos estabelecidos, perguntar de forma clara e precisa, questionar apenas conteúdos relevantes e não colocar “pegas” para derrubar o aluno”. (2002, p.31)

Assim, de acordo com autor avaliar não é um acerto de contas entre professores e alunos. Ao avaliar a aprendizagem do discente, o docente precisa avaliar sua própria competência pedagógica, para só então, chegar a um diagnóstico exato da classe, sem emitir da mesma juízos de valor.

Mas, ainda na atualidade podemos observar alguns professores usando a força e a autoridade em sala de aula para com seus alunos e isso se dá através de

provas que eles passam só para prejudicar aquele aluno que é indesejado por ele. Assim, temos um profissional descompromissado com a sua própria prática e com o aprendizado do aluno.

Capítulo 3

O PERFIL DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS DO INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAPÁ – IESAP

3.1 O Conceito do Processo de Avaliação da Aprendizagem na Universidade

Muito já se falou no decorrer deste ensaio sobre avaliação, vimos que existem vários tipos como, por exemplo, a mediadora, classificatória, qualitativa e a quantitativa. Por este motivo faz-se necessário, agora compreender de uma forma mais específica como a avaliação ocorre dentro do âmbito da Educação Superior. Assim, o professor juntamente com o aluno que agora passa a ser um universitário necessita interagir dentro de um universo mais amplo e principalmente científico.

Para que isso ocorra é necessário haver por parte do docente uma compreensão ampla do significado de avaliação dentro desse novo campo escolar que se apresenta para este aluno. Pois, o professor que realmente tem um objetivo para com a turma e compromisso com a mesma e com aquilo que faz escolhe certo a melhor forma de avaliar e o jeito como ele vai avaliar essa turma, uma vez que a avaliação produz mudanças na vida tanto do avaliado quanto do avaliador. Neste sentido, enfatiza Freitas (2002), que a avaliação por se tratar de um fenômeno social, tem a ver com ações, atitudes e valores dos indivíduos em diversas dimensões que se inter-relacionam.

Assim, avaliação ao longo do processo histórico passou por mudanças. Mas, sabe-se que antigamente, precisamente por volta do século XVIII, a avaliação passa a ser estruturada, pois o que setinha até então, era uma forma de seleção e medição dos indivíduos para almejar algum cargo no setor público. A respeito desse enfoque relata Freitas:

“Para mais eficaz e objetivamente dar conta dessas novas funções que lhe foram outorgadas, avaliação teve que se desenvolver tecnicamente, criando os testes escritos e o sistema de notação. Ai está uma primeira característica que colou na avaliação e com o tempo também parece pertencer à sua essência: os testes escritos com fins de medida. Como se sabe as universidades medievais praticavam apenas exercícios orais; como proposta pedagógica. Os testes escritos são uma criação da escola moderna. Sua forma escrita se liga à idéia de credibilidade pública, transparência e rigor. Ganharam tanta importância que acabaram até mesmo interferindo fortemente na definição dos currículos e das propostas pedagógicas”. (2002, p. 19)

Percebe-se então, que a forma de avaliar das universidades medievais não possuíam caráter classificatório como ocorre hoje na modernidade. A prática desenvolvida pelos professores dessa época ultrapassavam as barreiras da objetividade, posto que o processo da aprendizagem se dava através de exercícios orais, e não através de provas escritas que minimizavam a forma de conhecimento adquirida pelo aluno. Assim, segundo Freitas:

“De um lado, os instrumentos de testes, provas e exames trouxeram mais precisão e força operacional ao sistema de medidas e de seleção. Por outro, determinaram uma concepção e uma prática pedagógica que consistem basicamente na formulação dos deveres ou exercícios escolares e controle através dos testes. Assim, a avaliação interfere incisivamente na organização dos conteúdos e das metodologias e vai legitimando saberes, profissões e indivíduos, o que significa também produzir hierarquias de poder e privilégios. Como símbolo da legitimação de valores e privilégios sociais, os títulos e diplomas são instituídos formalmente, resultantes também eles da avaliação, e ganharam grande importância na determinação das hierarquias e na distribuição dos indivíduos nos lugares que de “direito” e por mérito individual lhes corresponderiam na sociedade”. (2002, p. 19)

Mas, de acordo com o autor isso só ocorreu em função do crescimento das grandes cidades e da necessidade que o homem teve em distribuir os indivíduos para os diferentes ramos de empregos e cargos que a sociedade moderna criou e

que precisava de mão-de-obra qualificada, daí o processo de avaliação se caracterizar principalmente como medida e seleção de algo que se quer alcançar.

Tal retrato foi possível com a criação de universidades, contrapondo tais idéias por meio de pesquisa realizada, que surgiram com o objetivo de qualificar mão-de-obra para o mercado de trabalho que cresciam largamente nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Dessa forma, é importante entender o papel e a importância dessa, que de acordo com Freitas:

“Compreender a universidade é uma construção intelectual e coletiva que passa pelo conhecimento das suas diversas partes, interpretação e integração dos seus diversos e contraditórios sentidos, levando em conta não somente as dimensões internas da instituição, mas também as suas relações com o universal da ciência e dos valores, inseparavelmente do local, da comunidade, dos entornos mais próximos, do relativo e até mesmo do efêmero. A universidade tem compromisso com o universal, com os destinos da humanidade e particularmente com a ciência, bem como com a sociedade que a prove e a encarrega de formar cidadãos e profissionais competentes para o desenvolvimento humano solidário e bem fundamentado. Todo este conjunto constitui uma essência da construção da consciência de nacionalidade e da própria nação. Neste sentido, ou seja, enquanto corresponde aos reclamos da sociedade – não simplesmente do mercado –, toda universidade deve ser pública, independente de sua natureza jurídica e de suas formas de financiamento e gestão”. (2002, p. 44)

Assim, observa-se o papel fundamental que a universidade apresenta tanto na vida de quem faz parte dela internamente (direção, colegiado, alunos, funcionários, corpo técnico, etc.), quanto à sociedade que está ao seu entorno, posto que ela constitui, como enfatiza o autor, parte essencial da construção da consciência tanto individual quanto coletiva. Individual porque forma para o crescimento intelectual e profissional do ser. E coletivo no que tange a fazer pesquisa, logo, ciência que tragam resultados precisos para o bem estar de toda uma sociedade. Dessa forma, a avaliação deve desempenhar assim como a universidade papel primordial no que tange ao bem estar dos indivíduos, pois para Freitas:

“O caráter público da universidade produz a exigência ética da avaliação. Daí há que derivar um conceito de avaliação identificado com a responsabilidade social da universidade. Fundada nestes conceitos e tendo estas finalidades, a avaliação devera emergir de um processo construído socialmente. Deverá respeitar as diferentes culturas e os interesses políticos conflituosos dos distintos grupos e levar em conta a diversidade e a pluralidade, sem jamais perder de vista sua referencia fundamental que é a sociedade. Do ponto de vista epistemológico, ético e metodológico, a avaliação que melhor corresponde a essa concepção de universidade inscreve-se num conjunto que recebe diversas denominações, como qualitativa, naturalista, fenomenológica, democrática, participativa, das representações e sentidos, da intencionalidade educativa”. (2002, p. 46)

Deste modo, temos que a avaliação também é responsabilidade social e não uma forma de punição, medição e seleção como ocorre por parte de algumas instituições de ensino que apresentam um quadro de professores despreparados para lher dá com o diferente e com as novas tendências. Assim, a palavra avaliação durante muito tempo foi motivo de “pânico” entre os alunos, mas hoje se percebe outra realidade com relação à ela.

Pois os professores estão bem mais flexíveis no que tange ao processo de aprendizagem dos seus alunos, tanto que de acordo com a pesquisa realizada no Instituto de Ensino Superior do Amapá – IESAP – mas, precisamente no curso de Licenciatura em Letras os acadêmicos da referida instituição, a respeito do processo de ensino aprendizagem da avaliação na universidade, conceituaram-na da seguinte forma como mostra o gráfico 01:

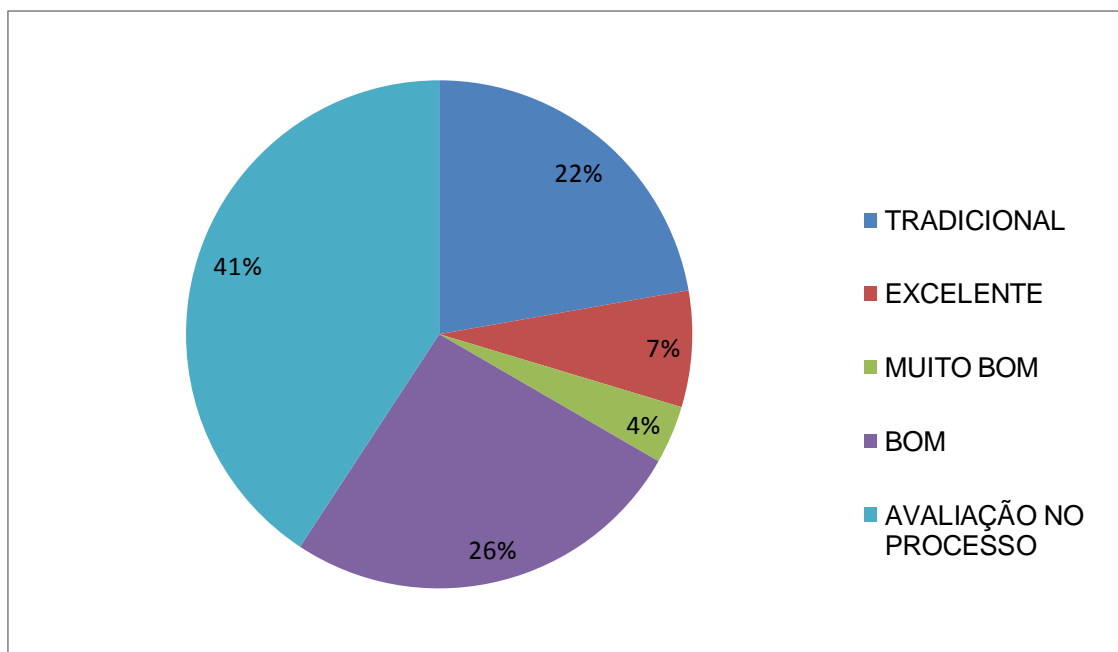


Gráfico 01: Conceito sobre o processo de avaliação na universidade

Assim, verifica-se no gráfico que 41% dos entrevistados entende que na universidade hoje, os professores procuram trabalhar seus objetivos de forma que venha adequar os conteúdos de acordo com a realidade dos acadêmicos, ou seja, buscando uma avaliação no processo acompanhando os seus alunos de acordo com o seu desempenho diário. Mas, apesar disso, analisou-se ainda, que 26% consideram o processo de avaliação desenvolvido pelos docentes bom e que 22%, um numero bastante elevado no que tange as novas praticas avaliativas, ainda considera que o processo de avaliação se dá de forma tradicional por parte de alguns professores fator esse que já deveria ter sido superado pelos mesmos.

3.2 A Metodologia Desenvolvida pelo Professor

Durante muito tempo o que se teve como metodologia desenvolvida pelos professores, foi uma pratica onde ele explicava os conteúdos os alunos simplesmente absorviam sem nenhum questionamento com relação a disciplina junto ao professor e em seguida vinha a aplicação da prova que iria medir o conhecimento do aluno através daquele mecanismo de avaliação, essa forma de metodologia é típica de uma pratica tradicional.

Essa pratica desenvolvida por muitos profissionais tirava completamente a liberdade do aluno em questionar e até criticar tanto o desempenho do professor quanto os conteúdos. Pois assim como, o aluno faz parte de um processo de ensino aprendizagem o professor é ator de maior responsabilidade desse processo, tendo em vista que é ele que passa a segurança para os alunos. Se sua pratica é classificatória e excludente o aluno vai se sentir prejudicado com a mesma podendo até se evadir da escola, neste caso aqui da universidade.

Por este motivo, desde a instituição da LDB muitos questionamentos e discussões sobre o processo de aprendizagem e principalmente sobre a avaliação vem sendo foco de fóruns e debates. Em função dessas discussões muitos profissionais foram aos poucos mudando sua forma de trabalhar a avaliação dentro da sala de aula com os seus alunos. Atualmente busca-se não mais reprimir e punir os alunos na hora da prova como ocorria antigamente, claro que ainda existem casos a este respeito, mas hoje observa-se modos diferenciados de avaliação principalmente no que tange ao desenvolvimento do aluno no processo de ensino aprendizagem. É o que enfatiza Hoffmann com relação a essas discussões:

“Mas, sem duvida, esse não é um comportamento que se observa apenas nos professores, porque toda a sociedade vem se manifestando no mesmo sentido, ou seja, reagindo quando se fala em abolir o sistema tradicional de realização de provas obrigatórias e atribuição de notas e conceitos periodicamente, basicamente como “uma rede de segurança” que se constituiu sem se refletir exatamente por que”. (2003, p. 18)

Dessa forma, verifica-se que tanto a escola quanto a sociedade tem papéis fundamentais nesse processo de aprendizagem. Que as discussões são primordiais para o desempenho dos alunos e principalmente para a aprendizagem destes. Por este motivo, observa-se que dependendo do índice de reprovação dos alunos na avaliação aplicada o professor é capaz de mudar sua metodologia adequando-a de acordo com a necessidade dos discentes.

É o que se analisa no gráfico 02, onde 100% dos entrevistados, isto é, os alunos colocam que os professores estão mais aptos a mudanças no que tange a sua forma de avaliá-los, e se um grande número de acadêmicos tira nota baixa na

avaliação o professor reflete sobre sua pratica e busca outros mecanismos para trabalhar com a turma.

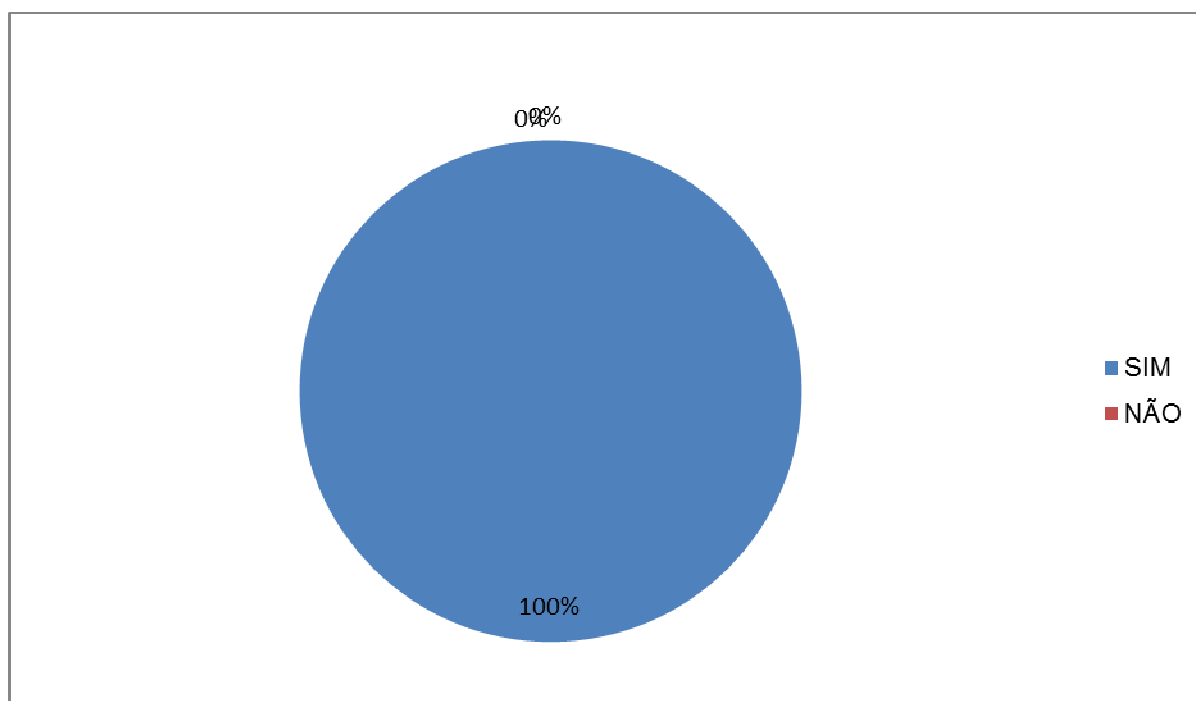


Gráfico 02: Mudança de Avaliar X Índice de Reprovação.

Como se observa no gráfico o professor muda sua forma de avaliar a turma de acordo com o desempenho dos alunos buscando assim, segundos os educandos, outra alternativa para avaliá-los. Isso ocorre porque de acordo com o gráfico seguinte alguns alunos trabalham não tendo assim, muito tempo para se dedicar aos estudos daí a compreensão por parte do professor com relação a avaliação. A esse respeito enfatiza Hoffmann:

“Que a resistência dos professores em termos de mudar sua pratica, dar-se conta do prejuízo causado aos estudantes, precisa ser analisada do ponto de vista das concepções construídas por eles ao longo de sua vida enquanto estudantes e em termos das influencias teóricas sofridas. É preciso respeitar o professor em suas concepções, promover estudos e espaços de discussão nas escolas e universidades, porque é através do aprofundamento teórico que os professores poderão tomar consciência do significado de determinados procedimentos avaliativos. Não será através de

normas e determinações que o professor irá mudar, mas tornando-se consciente do sentido de determinadas posturas avaliativas através de muitas leituras e discussões com outros educadores”. (2005, p. 72)

Assim, o professor coerente busca outras formas de avaliar a classe, fazendo também uma auto-avaliação de sua própria prática educativa, pois se uma grande parte da turma tem um baixo rendimento na avaliação o docente tem a obrigação de rever sua metodologia, pois assim como, muitos professores não gostam de determinados alunos, ocorre também o contrário de muitos alunos não gostarem de determinados professores por apresentarem uma metodologia ultrapassada. É o que se configura no gráfico 03 onde 85% dos alunos admitem que os professores mudam sua metodologia dependendo do índice de reprovação da classe, buscando assim outros métodos avaliativos.

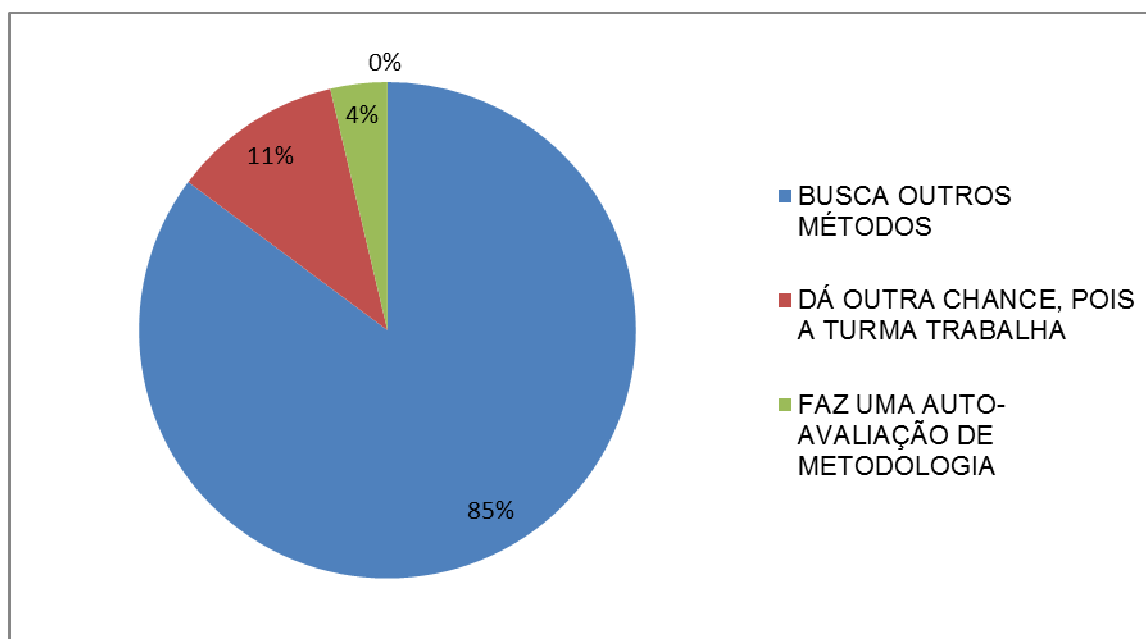


Gráfico 03: Método de Ensino do Professor.

Como foi possível verificar no gráfico 03 o professor muda sua metodologia para facilitar a aprendizagem do aluno contribuindo assim, para o processo de ensino aprendizagem. O professor elabora sua forma de avaliar de acordo com o

desempenho dos alunos frente aos conteúdos para só então, alcançar seus objetivos com a turma. Assim de acordo com Libâneo:

“Boa parte dos professores de nossas escolas entende o trabalho docente como “passar” a matéria do programa, geralmente de acordo com o livro didático. É verdade que muitos livros didáticos já indicam a estruturação da aula, mas, ainda assim, o ensino permanece preso à seqüência da matéria (exposição verbal, exercícios, prova), como algo externo e isolado que não mobiliza a atividade mental dos alunos. A estruturação da aula deve refletir o entendimento que temos procurado trazer, sobre o processo de ensino: um trabalho ativo e conjunto do professor e dos alunos, sob a direção do professor, tendo em vista a assimilação consciente e sólida de conhecimentos, habilidades e hábitos pelos alunos e, por esse motivo, o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas”. (1994, p. 96)

Na atualidade a metodologia educacional está voltada para uma educação que atenda um plano dialético, em que o professor tem a competência para mudar sua prática de acordo com a necessidade da turma, atendendo as capacidades cognitivas dos alunos como enfatiza o autor supracitado.

3.3 Os Instrumentos Avaliativos utilizado pelos Professores

Para se ter um processo de ensino aprendizagem de “qualidade” e principalmente uma avaliação que não reprima seus alunos, o professor competente se utiliza dos instrumentos avaliativos que podem ser segundo Hoffmann objetivos e subjetivos. Tais instrumentos requerem dos educadores maior atenção, pois muitas questões de provas formuladas pelos docentes acabam virando verdadeiros “pegas” na hora da avaliação. Assim, para Hoffmann a questão da subjetividade nas tarefas avaliativas se dá da seguinte forma:

“A objetividade e a subjetividade são geralmente entendidas referindo-se à “forma de elaboração” das questões de um teste. No entanto, é pela correção, justamente, que as questões se caracterizam em “objetivas” ou “subjetivas”. Ou seja, elas são objetivas quando ao aluno se torna possível

uma única resposta diante de alternativas simples, múltiplas, itens de lacuna, por exemplo. A forma de correção pelo professor é objetiva, porque não lhe cabe interpretar se a resposta esta certa ou errada, mas simplesmente procurar por resultados previamente determinados (gabaritos). Ao contrario, se as questões sugerem uma resposta pessoal do aluno, opiniões, considerações, dissertação sobre determinado assunto, então o professor terá de interpretar (subjetivamente) a resposta para considerá-la certa ou errada". (2003, p. 50)

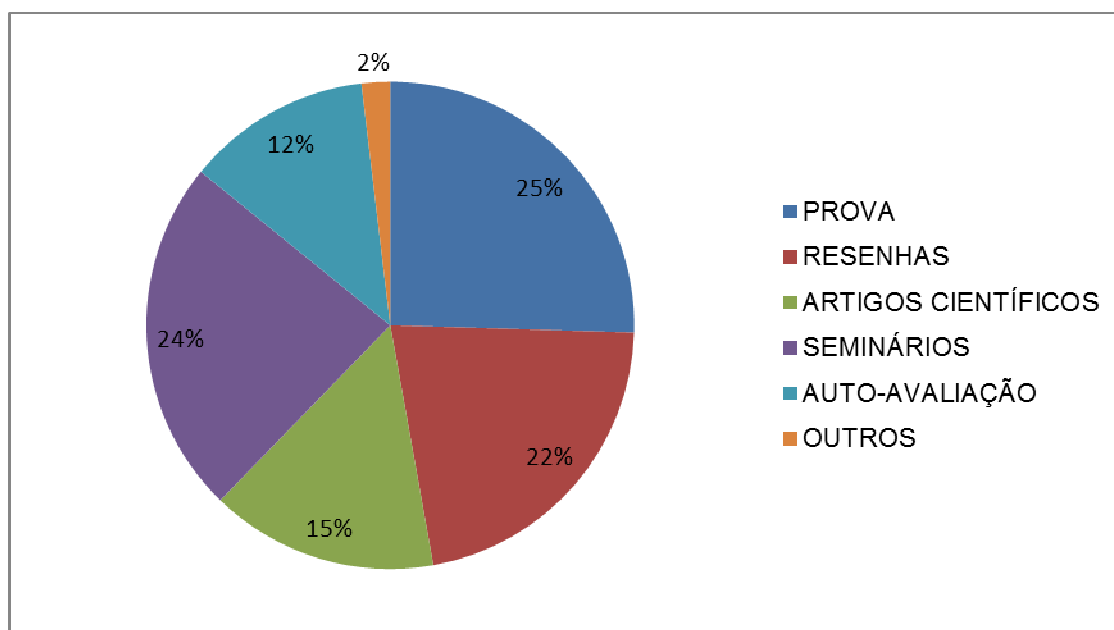
Assim, de acordo com a autora as questões de subjetividade são as que acabam dando maior trabalho para o professor na hora da correção dos testes. Pois exigem do educador uma maior compreensão por sua parte com relação ao pensamento do educando, pois o que está escrito ali é o entendimento que aluno tem sobre o assunto abordado pelo professor em sala de aula. Portanto, se a sua resposta não esta de acordo com a expectativa do professor isso significa que ou sua prática docente apresenta falhas ou o aluno tem dificuldades com o processo de ensino aprendizagem. A esse respeito enfatiza Hoffmann:

"Não há como fugir, muito menos, da interpretação do professor no momento da correção. A prova disso é que certas pesquisas demonstram a variabilidade de escores obtidos quando mais de um professor corrige uma mesma questão dissertativa de um aluno ou sua produção textual. Mesmo em "questões de cruzinha" muito se teria a pensar sobre a escolha das alternativas pelos respondentes". (2003, p. 51)

Assim, percebe-se que os instrumentos desenvolvidos pelos professores no que tange ao processo de ensino aprendizagem dos alunos com relação a avaliação precisam ser muito bem elaborados para que não se tenha nenhum tipo de transtorno na hora da correção. Com isso sabe-se que dentro da academia os professores utilizam vários procedimentos tais como resenhas, artigos científicos, seminários, auto-avaliação entre outros, como forma de avaliar seus alunos.

Por esse motivo, temos no gráfico a seguir os seguintes instrumentos utilizados pelos professores, que são: a prova que ainda aparece em primeiro lugar,

pois o sistema educacional precisa quantificar o aluno; seminários, onde muitos alunos entendem que os professores que trabalham somente com esta metodologia não apresenta domínio de conteúdo por isso acabam transferindo para os alunos sua responsabilidade através dos seminários; resenhas; auto-avaliação e outros como questionários e projetos.



Gráfico

04: Instrumentos Avaliativos Aplicados pelos docentes

De acordo com o gráfico 25% dos entrevistados relata que os professores ainda optam pelo estilo tradicional de avaliação, tendo estes que aderirem a prova em função da exigência do MEC, que se tem nas universidades e faculdades de quantificar os alunos. Daí os professores de uma forma ou de outra tem que optar pelo método tradicional de avaliação. Como aborda Romão a este respeito:

“Como a norma permitia a expressão dos resultados da avaliação em notas ou menções, muitas escolas, e ate mesmo sistemas, entenderam que os “aspectos qualitativos” seriam preservados pela simples adoção das ultimas ou de notações congêneres (conceitos, descrições etc.). Porem, como o

sistema continuou promocional (classificatório), gerou-se uma série de confusões, especialmente nas transferências de alunos para outros estabelecimentos. Criaram-se verdadeiras tabelas de converção de notas em conceitos ou menções, e vice-versa, sobrecarregando mais uma vez a burocracia da resultados, pois ela se constrói durante o processo.escola. Não é demais reiterar que a garantia da natureza qualitativa da avaliação independe da expressão final dos”. (2001, p. 48)

Na maioria dos casos os profissionais da área da educação até tem uma visão diferenciada sobre a questão da avaliação, mas em função do sistema educacional acabam tendo que se adequar a ele, levando muitos professores a deixarem de lado a avaliação qualitativa. Assim, de acordo com Moretto esse sistema de prova é uma questão cultural, pois segundo ele:

“Avaliar a aprendizagem tem um sentido amplo. A avaliação é feita de formas diversas, com instrumentos variados, sendo o mais comum deles, em nossa cultura, a prova escrita. Por esse motivo em lugar de apregoarmos os malefícios da prova e levantarmos a bandeira de uma avaliação sem provas, procuramos seguir o princípio: se tivermos de elaborar provas, que sejam bem feitas, atingindo seu real objetivo, que é verificar se houve aprendizagem significativa de conteúdos relevantes”. (2007, p. 87)

Dessa forma, já que se faz necessário a aplicação de provas para os alunos e como bem colocou o autor isso é uma questão cultural, então cabe ao professor efetua-las de maneira coerente, de modo que não venha fazer “pegas” com os docentes na hora de avaliá-los. Mas, o professor responsável com sua pratica educativa concerteza elaborara provas de acordo com os conteúdos transmitidos em sala de aula, que venham facilitar a aprendizagem do aluno e não prejudicá-lo. Como enfatiza Moretto:

“Uma relação diferente deveria se estabelecer entre o professor e o aluno, nesse caso. Seria importante que o professor comunicasse aos alunos, com certa antecedência, o numero de questões de sua prova (se avaliação for feita por meio desse instrumento) e o objetivo de cada uma delas. Isto não

significa “dar” a questão, e sim orientar o estudo dos alunos, lembrando que essa é a função primordial do mediador do processo da aprendizagem. Isso diminuiria o estresse de muitos alunos, diante da insegurança que uma avaliação (prova!) traz consigo, na cultura dos alunos”. (2007, p. 46)

Verifica-se, então, que o papel do professor como mediador do processo de aprendizagem é fundamental no que tange ao desenvolvimento do aluno, pois a prova não deve ser considerada um momento de acerto de contas como coloca o autor, mais sim proporcionar ao seu aluno o que ele (o professor) vai pedir na sua avaliação, para que o aluno possa ter tempo para se preparar para a prova.

Além disso, observou-se que os outros instrumentos avaliativos apresentaram um numero percentual expressivo, isso significa que os professores da instituição pesquisada trabalham com os mais variados procedimentos para avaliar os discentes, como: resenhas, artigos científicos e seminários. Assim, para exemplificar um desses procedimentos será utilizado a explicação de Lakatos, sobre o conceito de artigos científicos que diz:

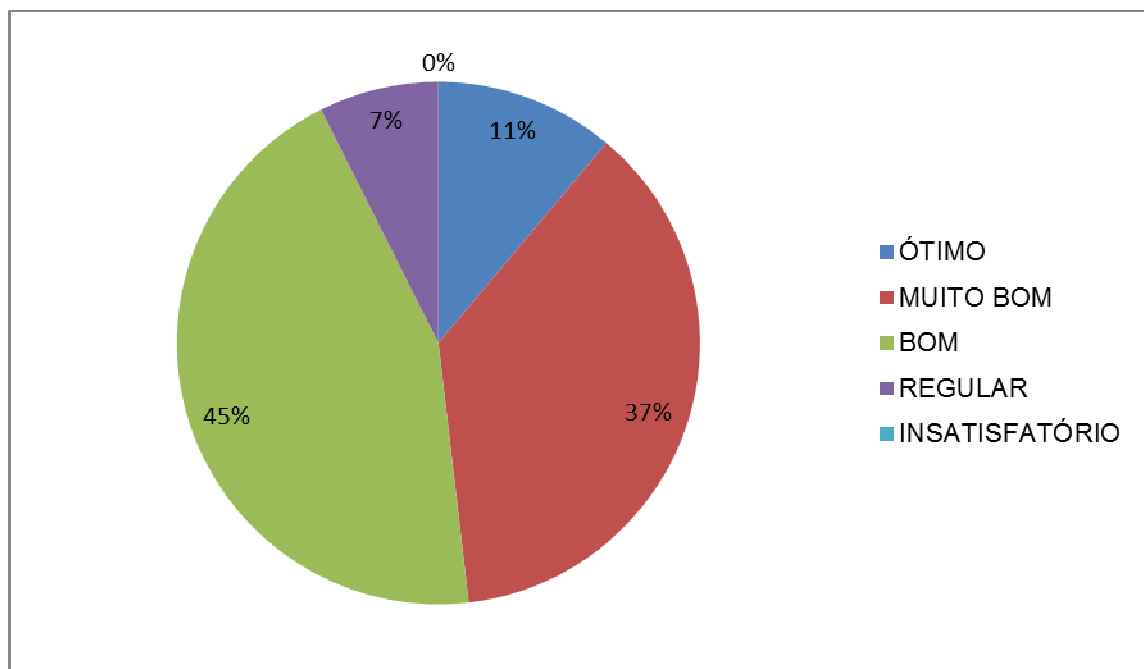
“Os artigos científicos são pequenos estudos, porem completos, que tratam de uma questão verdadeiramente científica, mas que não se constituem em matéria de um livro. Apresentam o resultado de estudos ou pesquisas e distinguem-se dos diferentes tipos de trabalhos científicos pela sua reduzida dimensão e conteúdo. São publicados em revistas ou periódicos especializados”. (2007, p. 84)

Neste sentido, verifica-se que há uma interação professor e aluno em sala de aula, pois além de os discentes produzirem trabalhos científicos, ainda podem publicá-lo como forma de valorização do currículo acadêmico. Tais instrumentos avaliativos ajudam na aprendizagem do aluno ao longo do processo educacional, pois mostra que o professor não se prende a um único mecanismo avaliativo como a prova escrita.

Assim, para o quinto gráfico é fundamental entender como se dá o procedimento metodológico do professor. Pois, o docente que não trabalha com uma metodologia diferenciada tem-se que desconfiar de sua pratica, tal que o método é primordial para o processo de ensino aprendizagem. Assim, de acordo com Libâneo:

“Os métodos são determinados pela relação objetivo-conteúdo, e referem-se aos meios para alcançar objetivos gerais e específicos do ensino, ou seja, ao “como” do processo de ensino, englobando as ações a serem realizadas pelo professor e pelos alunos para atingir os objetivos e conteúdos. Temos, assim, as características dos métodos de ensino: estão orientados para objetivos; implicam uma sucessão planejada e sistematizada de ações, tanto do professor quanto dos alunos; requerem a utilização de meios”. (1994, p. 149)

Dessa forma, o processo de ensino se caracteriza pela objetivação dos métodos de ensino do professor, tal que esta haja de acordo com os seus objetivos e conteúdos e que sua relação com os alunos tenha proveito no que tange a aprendizagem. Sem o método de ensino torna-se impossível ao docente alcançar os objetivos que deseja com a turma, daí ele ser de extrema importância para o processo de ensino, pois professor sem método não pode de maneira alguma apresentar uma boa prática educativa. Daí, então, o quinto gráfico abordar a conceituação dada pelos alunos com relação aos procedimentos utilizados pelos professores na hora de avaliar.



Gráfi

co 05: Conceito sobre os procedimentos utilizados pelos professores.

A partir do gráfico tem-se então, que 45% dos pesquisados entendem que os procedimentos utilizados pelos professores têm conceito bom, o que se percebe que não há por parte deles uma reprovação com relação a esses métodos, tendo em vista que lá na frente eles também serão profissionais da área da educação e que passarão pelas mesmas angústias que os seus professores estão passando agora. Essa dinâmica dos procedimentos utilizados pelos professores só se torna possível e clara para os alunos porque os docentes se utilizam do mais variados métodos como foi colocado no gráfico quatro. Assim, para Libâneo o método seria:

“As ações do professor pelas quais se organizam as atividades de ensino e dos alunos para atingir objetivos do trabalho docente em relação a um método específico. Eles regulam as formas de interação entre ensino e aprendizagem, entre o professor e os alunos, cujo resultado é a assimilação consciente dos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades cognoscitivas e operativas dos alunos”. (1994, p. 152)

Portanto, a interação professor e aluno na sala de aula é fundamental para a aprendizagem, pois o docente tem liberdade para trabalhar com clareza os objetivos e sua metodologia. Só assim, o professor alcançara seus objetivos e os alunos apreenderão com facilidade os conteúdos, contribuindo, então, para o processo de aprendizagem.

3.4 O Baixo Rendimento dos Alunos na Avaliação: de quem é a culpa?

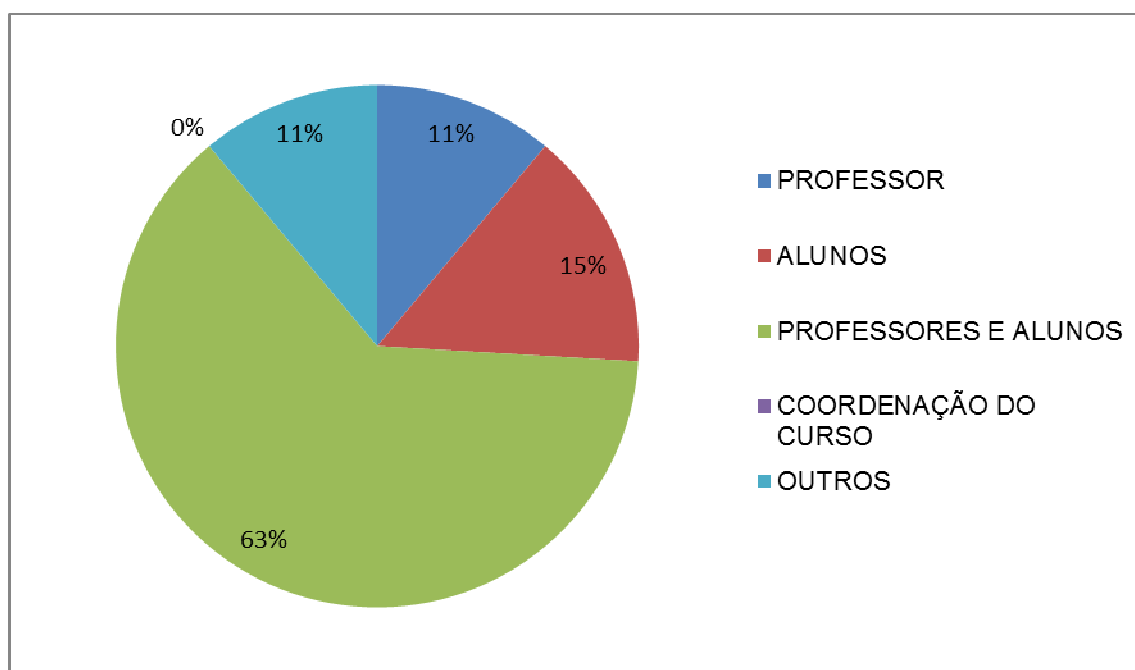
A sala de aula é um momento privilegiado entre alunos e professores, principalmente quando essa sala é a da Universidade, onde o que se tem são trocas de experiências, ou seja, docentes e acadêmicos fazendo ciência dentro da academia. Isto significa que há uma relação de cumplicidade entre educadores e educandos no que tange ao processo de ensino aprendizagem.

Esta relação se pauta em o professor repassar o conhecimento que sabe para o aluno de maneira que este venha somar com suas experiências em sala de aula. Para que isto ocorra é fundamental o papel do professor como agente reflexivo sobre sua prática educativa e principalmente sobre os métodos avaliativos que irá

desenvolver com os seus alunos ao longo do semestre ou ano. A esse respeito propõe Moretto que:

“A perspectiva construtivista sociointeracionista propõe uma nova relação entre o professor, o aluno e o conhecimento. Ela parte do princípio de que o aluno não é um simples acumulador de informações, ou seja, um mero receptor-repetidor. Ele é o construtor do próprio conhecimento. Essa construção se dá com a mediação do professor, numa ação do aluno que estabelece a relação entre suas concepções prévias e o objeto de conhecimento proposto pela escola. Assim, fica claro que a construção do conhecimento é um processo interior do sujeito da aprendizagem, estimulado por condições exteriores criadas pelo professor”. (2005, p. 87)

É a partir desta relação em sala de aula que através dos trabalhos realizados com a turma se saberá o rendimento da classe com relação a metodologia do professor. Se o método trabalhado esta agradando ou não os alunos, se não cabe ao professor mudar essa pratica, buscando outras alternativas de ensino. Assim, se durante determinada avaliação mais de 50% da turma tira nota baixa na prova de quem é a culpa? Do professor ou dos alunos? O sexto gráfico mostrou que ambos tem culpa, tanto alunos quanto professores.



Gráfi

co 06: Se a turma tira nota baixa na avaliação, de quem é a culpa?

De acordo com gráfico isso ocorre porque em muitos casos os próprios alunos acabam não se interessando pela disciplina do professor, levando esses alunos ao descaso. Mas, outra alternativa pode ser também a marcação do professor com a turma, daí a aplicação de uma prova punidora. Esses não são os únicos motivos há ainda, que os alunos não conseguiram compreender e/ou assimilar com coesão os conteúdos transmitidos pelos professores, daí o baixo rendimento na avaliação. Neste sentido, de acordo com Libâneo:

“Para superar criativamente essa aparente ambigüidade entre o objetivo e o subjetivo, o professor precisa ter convicções éticas, pedagógicas e sociais. Ao fazer a apreciação qualitativa dos resultados escolares, levará em conta os seus propósitos educativos. O fato de o aluno ser pobre não justifica tolerância com um desempenho escolar fraco, pois o professor deve exigir de todos uma sólida assimilação de conhecimentos. Por outro lado não é democrático estabelecer objetivos cujo alcance esteja acima das reais possibilidades dos alunos. Nem por isso, postos determinados objetivos, devem-se rebaixar as exigências em termos de rendimento escolar”. (1994, p. 203)

Assim, mais de 60% dos entrevistados entendem que tanto professor quanto alunos são responsáveis pelo baixo rendimento dos alunos na hora da avaliação, como dito anteriormente isto ocorre por existir em muitos casos alunos desinteressados pela disciplina e professores com prática pedagógica ultrapassada, métodos tradicionais inadequados para trabalhar em sala de aula.

3.5 Planejamento Participativo

Para se falar em planejamento é fundamental entender o que significa esta palavrinha tão importante, principalmente para o sistema educacional. Por esse motivo faz-se necessário a explicação de Vianna (2000, p. 39), a respeito do tema, que diz que o “planejamento participativo constitui-se uma estratégia de trabalho,

que se caracteriza pela integração de todos os setores da atividade humana social, num processo global, para a solução de problemas comuns.” Portanto, o planejamento faz parte da vida cotidiana do ser humano, para um bom funcionamento da sociedade. Daí, então, o argumento de Luck com relação a participação dos pais na vida escolar dos seus filhos:

“Quanto à participação dos pais, ela é muitas vezes desejada para tratar de questões periféricas da vida escolar, como, por exemplo, aspectos físicos e materiais da escola ou ainda para acompanhar os filhos quando eles apresentam problemas de comportamento e/ou aprendizagem: “os pais que deveriam vir à escola, são os que menos vêm”, dizem diretores, sugerindo, ao mesmo tempo, que não adianta realizar reunião de pais na escola, e que essas reuniões são para pais de alunos com problemas. A tradicional reunião para entrega de boletins esta associada a esta expectativa de que os pais sejam associados, junto com a escola, em uma ação de controle e cobrança do desempenho de seus filhos, em vez de associados em um processo contínuo de orientação da formação dos alunos”. (2006, p. 74)

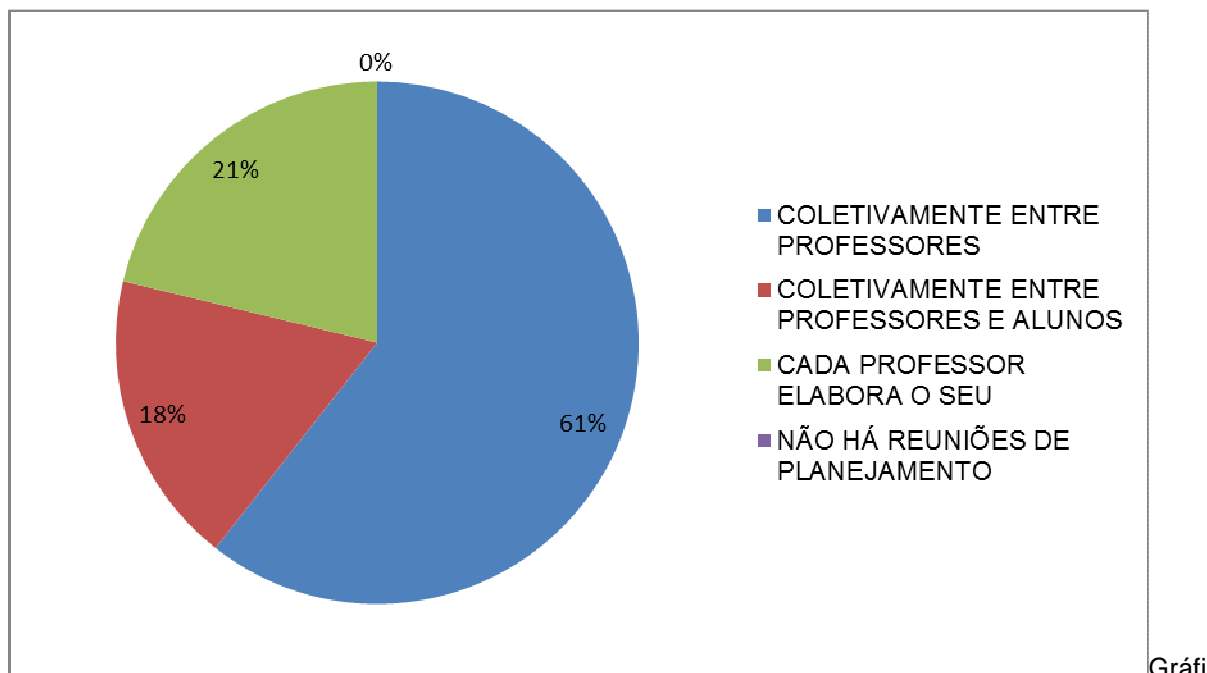
Portanto, é dessa forma que deveria ocorrer o planejamento na escola, pois ela passa por toda uma estrutura de organizações, ou seja, escalas e padrões que devem ser seguidos e o planejamento é parte fundamental nesse processo, daí ainda segundo Vianna, caracterizar o planejamento da seguinte forma:

“Inicialmente o planejamento da ação educativa talvez consistisse apenas em luta anual para elaboração de um orçamento, passando por relatórios extensos para assumir, nos dias atuais, uma característica especial: um macroplanejamento, em que todos os planos de desenvolvimento de um país se entrelaçam, num dinamismo contínuo e progressivo. Sob este aspecto, o planejamento educacional tornou-se uma atividade multidisciplinar, exigindo trabalho conjunto e integrado de administradores, educadores, pedagogos, economistas, sociólogos, estatísticos e outros especialistas. Seu êxito, valor e realismo dependem, em grande parte, das equipes que o preparam e que deveram discutir e procurar conciliar seus pontos de vista, dando a cada aspecto o real valor que possui dentro do contexto e não preferindo uns em detrimento de outro”. (2000, p. 32)

Assim, observa-se que o planejamento dentro do processo de ensino aprendizagem é fundamental para a construção do conhecimento, tendo em vista que é através deste que o professor vai operacionalizar os seus conteúdos ao longo do ano com a turma, logo deve haver a preocupação por parte deste em elaborar de forma coesa e transparente a dinâmica de sua metodologia ao longo do processo. Mas, de acordo com Luckesi isso na maioria das vezes acaba não ocorrendo por parte de alguns professores, dessa forma:

“Evidencia-se que as situações apontadas não podem ser mudadas apenas a partir da mera vontade de dirigentes ou de exortações dos mesmos para que os professores ou pais de alunos participem da construção de uma escola mais ativa e competente, ou do desenvolvimento de algum projeto específico. Os fatos indicam que orientações com tais características não promovem os resultados desejados. É comum, por exemplo, dirigentes afirmarem que os professores reclamam por não poderem participar da determinação do currículo escolar, mas que, quando lhes é dado espaço para isso, não colaboram e omitem sua contribuição. O processo de resistência a mudanças, mesmo as desejadas, constitui-se em uma expressão comum em qualquer contexto social. Determinação, competência e perseverança são condições fundamentais para promoção de mudança, associados a uma grande possibilidade às expressões comportamentais e seus significados”. (2006, p. 76)

Daí então vem o gráfico de número 07 (sete) que relata como a instituição de ensino IESAP elabora o seu planejamento, onde percebeu-se que 61% dos entrevistados responderam que o planejamento da referida instituição se dá somente entre os professores.



co 07: Como ocorre o planejamento

Assim, observa-se, então que os acadêmicos da instituição não fazem parte da elaboração do mesmo, logo conclui-se que alguns alunos não tem o conhecimento a respeito da forma como o professor vai desenvolver sua pratica e quais objetivos este almeja alcançar com a turma. Isto ocorre diferente do que enfatiza Libâneo com relação a importância do planejamento, pois para o autor:

“O planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. A escola, os professores e os alunos são integrantes da dinâmica das relações sociais; tudo o que acontece no meio escolar está atravessado por influências econômicas, políticas e culturais que caracterizam a sociedade em classes. Isso significa que os elementos do planejamento escolar – objetivos, conteúdos, métodos – estão recheados de implicações sociais, tem um significado genuinamente político. Por essa razão, o planejamento é uma atividade de reflexão acerca de nossas opções e ações; se não pensarmos detidamente sobre o rumo que devemos dar ao nosso trabalho, ficaremos entregues aos rumos estabelecidos pelos interesses dominantes na sociedade”. (1994, p. 222)

Dessa forma, não pode haver então, a interação que enfatiza o autor supracitado a respeito do planejamento, quando que para ocorrer o mesmo é preciso que todos trabalhem em conjunto, um todo integrado para formar um sistema organizado e coeso, para só assim poder alcançar o objetivo almejado. Mas, apesar do dado, ainda foi possível observar que alguns professores elaboram seus planejamentos com os seus alunos, o que possibilita maior interação entre educandos e educadores, no que tange ao processo de aprendizagem.

Contudo, conclui-se que o planejamento, assim como, o método desenvolvido pelo professor são de extrema importância no que tange ao processo de ensino aprendizagem do aluno. O professor coerente e comprometido elabora bem os seus conteúdos, seus objetivos, seu plano de aula, assim como, sua avaliação, para que não ocorra dúvida por parte do aluno a respeito do processo educacional. Só assim, ocorrerá a interação professor e aluno dentro da sala de aula.

3.6 Uma Proposta Para o Ensino

O docente precisa nocautear o inimigo do saber, que é estabelecido pela ignorância e a falta de cultura, necessita de ampla sapiência para domesticar as raízes que estão profundas no ensino brasileiro, pensa, numa filosofia humana capaz de sorver o mecanismo de relacionamento para propor diretriz ao homem iletrado. Tal colocação é base de como direcionar na linha acadêmica, isto é, uma condição que o ensino é dissociável quando não condiciona o aprendiz em equilíbrio com seu aprendizado. Não é satisfatória pelas linhas diretas da educação que, esse panorama se dirige a regra geral, percebe-se que o acadêmico tem conceitos próprios e este precisa ser lapidado pelo docente.

Comenta Luckesi 2007:

“Vamos iniciar por uma definição de procedimento de ensino, distinguindo-se do método. No cotidiano escolar e nas discussões diárias sobre a prática docente, confundem-se essas duas coisas.

Assim, por vezes, ouvimos alguém dizer: “para desenvolver minhas aulas, estou utilizando-me da metodologia de trabalho em grupo”; outras vezes ouvimos a pergunta: “que metodologia vai ser utilizada nesse simpósio?” De fato, o que será perguntado é: “que técnicas de estudos vão ser utilizadas para o desenvolvimento de atividades deste evento?” Ou ainda, às vezes, tomamos em nossas mãos um livro cujo título é metodologia de ensino”. (LUCKESI pg. 148)

Para tanto, é preciso repensar em educação, concretizar na introspecção humana que é necessário para mudar o sentido da vida dos virtuosos, assim como, os que participam através de suas habilidades formais. Contudo, educação é uma proposta para o futuro capaz de caminhar em passos que norteiam tal trajetória do homem.

O que devemos pensar para o futuro pesquisador? Ou professor? Ou médico? Enfim, o profissional que almeja participar do social e contribuir para construção de uma coletividade sólida. O mito da caverna é uma interpretação baseada no momento em que a educação está fragilizada, frisa a condição capitalista voltada para o comércio ou nada mais que R\$, isso acusa definitivamente, os culpados em retroceder com a educação. O Brasil é iludido com uma educação de qualidade, estatísticas comprovam que o maquinismo real dos valores educacionais está ligado à classe social.

Comenta FREIRE 1996:

“O desrespeito à educação, aos educandos, aos educadores e as educadoras corroí ou deteriora em nós, de um lado, a sensibilidade ou a abertura ao bem querer da própria prática educativa de outro, a alegria necessária ao que fazer docente. É digna de nota a capacidade que tem a experiência pedagógica para despertar, estimular e desenvolver em nós o gosto de querer bem e o gosto da alegria sem a qual a prática educativa perde o sentido. E esta força misteriosa, as vezes chamada vocação, que explica a quase devoção com que a grande maioria do magistério nele permanecesse”. (FREIRE pg. 90)

A proposta é uma transparência entre docente e discente, sujeitos de uma consciência para si e para o outro, o liame educador e educando está na comunicação e no diálogo entre razões para conciliar estas duas vertentes: um pelo saber e o outro pelo aprendizado. Porém, o que se estabelece é que, a ação comunicativa por vias do constrangimento inibe que o educando tenha uma opinião formada em laços teóricos, seguindo a aflição de dialogar com seu mestre. Cabe ao mestre apenas o entendimento e análise do estudante, o qual está aprisionado nos seus ideais, está acorrentado definitivamente, em seu mundo mórbido de cólera e penumbra.

O lado racional nos faz lembrar que o aprendizado não depende de circunstâncias políticas ou econômicas, depende de um único valor, do qual o esforço do docente é incluir no seu planejamento uma condição para que, o educando voe como águia e se utilize desse momento para construir sua alimentação crítica a respeito do ensino, dialogando com idéias e conceitos argumentativos que procura arrogar e compartilhar sua conduta ética e moral com a sociedade em que está inserida.

Comenta GADOTTI 1999:

“Educar nessa sociedade é tarefa de partido, isto é, não educa realmente aquele que ignora o momento em que vive, aquele que pensa estar ao conflito que o cerca. É “tarefa de partido” porque não é possível ao educador permanecer neutro: ou educa a favor dos privilégios da classe dominante ou contra eles, ou a favor das classes dominadas ou contra elas. Aquele que se diz neutro estará, apenas servindo aos interesses do mais forte, isto é, à classe dominante. No centro, portanto, da questão pedagógica, situa-se a questão do poder”. (GADOTTI,pág.75).

Para que este processo de subjetivação obrigue o cidadão a sair da caverna e quebrar as correntes, livra uma injeção da alternativa que venha a mastigar sua própria compreensão de vida. Liberta-se ou permanece onde está, acorrentado, mormente e inerte ao tempo e a vida. Essa interpretação tem que obter uma

resposta óbvia e regular, para condicionar o sujeito a dar continuidade ao processo propedêutica da aprendizagem.

Comenta FREIRE 1996:

“Como professor não devo poupar a oportunidade para testemunhar aos alunos a segurança com que me comporto ao discutir um tema, ao analisar um fato, ao expor minha posição em face de uma decisão governamental. Minha segurança não repousa na falsa suposição de que sei tudo, de que sou o “maior”. Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo que se junta a certeza de que posso saber melhor o que já sei e conhecer o que ainda não sei. Minha segurança se alicerça no saber confirmado pela própria existência de que, se minha inclusão, de que sou consciente, atesta, de um lado, minha ignorância me abre, de outro, o caminho para conhecer”. (FREIRE pg. 86)

A estrutura nascível de comportamento ético abre uma condição inerente da própria educação, volta-se para o princípio da qualidade do ensino. Será que nossos docentes estão preparados para receber essa proposta de uso prático na sua diversa pluralidade, observa-se que o docente quer resultados como: atenção do alunado; uma estrutura para melhor aplicabilidade dos conteúdos; uma participação do acadêmico em construir sua visão de mundo. Essas são algumas colocações que o docente tem que conflitar com seus epígonos, essa é uma batalha de consciência e, vencer é um dever cumprido para o docente.

Afirma LUCKESI que assim se refere ao tema:

“Assim sendo.....poderá ser denominada de “crítica” tanto na medida em que não ao ilusório otimismo, quando na medida em que interpreta a educação dimensionada dentro dos determinantes sociais, com possibilidades de agir estrategicamente. Assim ela pode ser uma instância social, entre outras, na luta pela transformação da sociedade, na perspectiva de sua democratização efetiva e concreta,

atingindo os aspectos não só políticos, mas também sociais e econômicos". (LUCKESI pg. 49)

Não há estatísticas que comprovem tais mudanças repentinas, a educação trabalha com números exatos, um exemplo: uma classe de formandos em nível secundário, em que todos estão aptos a colar grau, mas, será que todos estão devidamente informados e com inteira satisfação do curso? Ou a projeção estudantil está visualizando apenas o currículo de maneira a conquistar um espaço no mercado de trabalho? Ou está seguindo um panorama e obtendo mais experiência em virtude deste critério? Essa é a pergunta que não quer calar!

No viés da liberdade humana, está inserido o modelo de educação que obtêm nos dias atuais, nossas crianças estão sem direção e sem um trabalho de base para propagar sua assiduidade no ensino, parte de uma programação individual para alavancar o estado de falência que a educação enfrenta. Não é um estado final, mais de potencia, o trabalho centraliza ligeiramente na liberdade de se comunicar e dialogar uma expressão muito comum nas academias em geral: estudar

É claro e indefinível pensar numa proposta que, venha a beneficiar ambos os processos: ensino e aprendizagem. Logo, seria uma ousadia tentar mecanizar o que já ocorreu no sistema educacional permanente, provocar o estímulo ulterior dos agentes centrais da educação. Neste sentido, uma abordagem sucinta que venha a conflitar como a educação pode sim, determinar avulsas, as novas consciências críticas. Mas para isso, é preciso seriedade e um compromisso com o seu semelhante.

O atraso educacional está exatamente no preconceito de enxergar o outro como obstáculo, a filosofia é uma forma de explicar o processo de humanização nos diversos campos do saber, porém, conduz seus estudos informais, quer dizer, fora da academia. Desta maneira, verifica-se que a educação é uma forma abstrata de conhecer, apenas o docente visualiza o aprendizado, cabe ao acadêmico pulsar gradualmente que o ensino é, de dentro para fora e não de fora para dentro, conhecemos apenas os dados informativos a critério do próprio juízo, mas não evidenciamos esses juízos a critérios de consciência.

Afirma AZANHA 1995:

“Grande parte do magistério não dispõe hoje, de uma aguçada consciência profissional. Percebemos isso com o descomprometimento do professor com a escola pública, com a escola em que trabalha. Embora esses professores possam politicamente, ter posições avançadas e até estar empelhado numa luta pela escola pública, há um dia-a-dia, há um cotidiano desse professor que revela uma profunda contradição entre as alegações dele a favor da escola pública e o modo como ele se conduz no cotidiano dentro dessa escola”. (AZANHA, pág. 27)

Com isso, sempre que conteúdos avaliativos tendem a proporcionar um desconforto ao educando, o docente deve imediatamente, renovar seus conceitos e métodos até sintetizar o compasso unilateral de maneira satisfatória ao estudante. O aprendizado não é feito apenas de conteúdos e informações, é construído de diálogo, de estímulo, de incentivo, determinação. Para o educador chegar ao ápice do ensino precisa doar-se inteiramente, conduzir suas noções avaliativas e construtivas no campo da interpretação e científica do mundo. Afinal, cada situação prática está voltada para o educando e não para o educador.

Comenta GATOTTI:

“O novo educador, ao mesmo tempo em que cria uma contra-ideologia, tente igualmente criar, estabelecer, uma unidade entre as lutas pedagógicas e as lutas sociais. O eixo de sua atuação, de seu engajamento desloca da Escola para a Sociedade e da Sociedade para a Escola. Não fica indiferente ao que se na sociedade. Enfim, não acredita na autonomia do pedagógico. o novo educador distingue-se do educador tradicional justamente por isso: enquanto o educador tradicional se diz desvinculado, desinteressado, unicamente interessado na verdade, o educador comprometido nega essa autonomia, e não só nega, como cria novos vínculos de classe”.(GATOTTI pg.82).

A educação é o modo pelo qual, estabelece o conjunto reflexivo por meio de informação a intermediar sua ação pela reação do diálogo participativo. O aprendizado construído e desenvolvido gradualmente ao longo desse percurso, libera o educando, a construir sua vertente e seu pensamento, em cima da identidade relacionada com a disciplina e com o conteúdo que está sendo digerido. Apesar da exclusão, aponta os segmentos pedagógicos silenciadores do aprendizado, essa consciência do diálogo tem por objetivo erradicar de uma vez a desinformação que atribui tanto ao educador quanto ao educando.

Considerações Finais

Muitas foram às argumentações para a elaboração deste trabalho científico desde a sua construção do Pré-projeto de pesquisa até sua elaboração de fato. Para isso foram levantadas algumas hipóteses como: O professor ao avaliar seus alunos utiliza técnicas diferenciadas pautadas na avaliação processual; O docente não tem interesse no cotidiano do discente, por isso, para ele o que importa é somente a nota final dos alunos na prova e o Método avaliativo é elaborado a partir do rendimento e desempenho dos alunos durante o processo da aprendizagem.

Com relação a primeira hipóteses confirmou-se realmente que durante o processo de ensino aprendizagem, o professor utiliza varias técnicas na hora de avaliar os alunos. Isso se verificou no tópico 3.3 a respeito dos procedimentos utilizados pelos docentes, que segundo os alunos, os professores trabalham com diversas praticas como: seminários, artigos científicos, resenhas, auto-avaliação e a prova tradicional adequando assim, tais técnicas de acordo com as necessidades da classe.

Já a segunda hipótese não se confirmou, pois como já foi relatado o professor da modernidade trabalha com uma metodologia diferenciada, onde visa-se o desempenho positivo dos alunos e não o negativo. Por esse motivo muitos professores adotam o plano dialético para facilitar a aprendizagem do aluno. Portanto, o cotidiano do aluno é de fundamental importância para que o docente conheça a realidade de seu aluno, não importando somente a nota final que este tirará na prova. Mas, sim o desenvolvimento cognoscitivo do aluno ao longo do processo da aprendizagem.

E por ultimo, a questão do método avaliativo empregado pelo professor. Percebeu-se que os docentes de acordo com o rendimento dos acadêmicos na hora da avaliação mudam sua metodologia para facilitar a aprendizagem dos alunos, principalmente se a turma tira nota baixa na prova. Mas, além disso, os discentes concordaram que a nota baixa na prova não é somente culpa do professor eles também contribuem para o fraco rendimento na avaliação.

Por esse motivo, tanto professores quanto alunos dialogam para que ocorram outras formas de avaliar os alunos, daí então, o docente muda seu método e, portanto, seu planejamento de acordo com as necessidades da classe. Pois tais práticas por parte do professor implicam o melhor rendimento dos alunos no que tange ao processo de ensino aprendizagem.

Contudo, observou-se que avaliação da aprendizagem desde os tempos da colonização passou por várias transformações, de uma tendência tradicional onde, o que se tinha eram alunos reprimidos sem o direito de expressarem suas idéias sobre os conteúdos transmitidos. Mas, na atualidade essa realidade é bem diferente, pois após varias tendências a forma de avaliar o aluno mudou significativamente, o aluno hoje pode dialogar tranquilamente com o seu professor questionando e opinando com relação aos conteúdos e práticas adotadas pelos docentes, transformando a avaliação da assim como o processo de aprendizagem acessível a todos.

Na atualidade esta estatística tem um novo paradigma de nivelamento, pois, tem como medir o grau de satisfação dos alunos desde a pré-escola aos estudantes de nível secundário e finalmente aos acadêmicos de grau superior, por programas que viabilizam este problema como: Provinha Brasil, Enem, Enade entre outras que fazem parte dos investimentos do governo em acesso a qualificação dos docentes e discentes em educação superior.

É claro para definir um estudo voltado para a qualificação intelectual, temos que, procurar intervir com pré-análise do futuro pesquisador, esta seria definido a critério de perguntas para satisfação ao profissional que está sendo preparado para o campo de trabalho. Logo, visionar seria uma questão futurística, mas, pré estabelecer uma condição para o estudante em sentir apreço pelas profissões que o aguardam, seria um tanto angustiante para o próprio estudante.

Referencial Bibliográfico

_____, Vasco Pedro, 1942 – **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas.** 7. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____, Vasco Pedro. **Reflexões construtivistas sobre habilidades e competências. Dois Pontos:** Teoria & Prática em questão. Belo Horizonte, v.5, n.42, 1999.

_____, Jussara Maria Ierch. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação.** – Porto Alegre: Mediação, 2005, 9ªed. Revista.

ALVES, Nilda. Trajetória e Redes na Formação de Professores, Editora Apea, RJ, 1998.

ANASTASIOU, Lea das Graças Camargo; ALVES, Leonir Pessate. **Processos de ensino na universidade.** 3. Ed. Joinville, S.C. UNIVILLE, 2004.

ARANHA, Maria Lucia Arruda. Filosofia da Educação, SP, Moderna, 1996.

ARANHA, Maria Lucia Arruda. História da Educação e da Pedagogia: Geral e do Brasil, Editora Moderna, São Paulo 2006.

AVALIAÇÃO: construindo o campo e a crítica/Luiz Carlos de Freitas, organizador. Florianópolis: Insular, 2002.

AZANHA, José Mario P. Temas Polêmicos, editora Martins Fontes, SP, 1995.

BOLZAN, Doris Pires. Formação de Professores, Compartilhando e Reconstruindo, Editora Meditação, Porto Alegre, 2002.

BORDENAVE, Juan. Estratégias de Ensino-Aprendizagem. 2 edição; Editora Vozes LTDA, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Pergunta de Várias Mãos A Experiência da Pesquisa no Trabalho do Educador*, Editora Cortez, 2003.

CADERNO DO CEDES. *A Formação do Educador em Debate*, Editora Cortez, 1980.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização e Lingüística*, SP, Editora Scipione, 1992.

CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*, 39 edição, SP, Editora Brasiliense, 1995.

CORTELLA, Mario Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez, 2006.

FIDALGO, M. B. **Nem eu, nem vocês: nós: A relação professor e aluno na Educação Superior**. Dissertação de Mestrado. Belém: UNAMA, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários a Prática Educativa*, Editora EGA São Paulo, 1996.

GADOTTI, Moacir. *Educação e Poder, Introdução a Pedagogia do Conflito*, 11 edição, editora Cortez, 1999.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma pratica em construção da pré-escola à universidade**. – Porto Alegre. Editora Mediação, 1993. 20ª edição revista, 2003.

IDEM. *Avaliação na Pré-Escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança*, Editora Meditação, Porto Alegre, 1996.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor)

LOMBARDI, Jose Claudinei. *Temas de Pesquisas em Educação*, Editora Autores Associados, 2003.

LUCK, Heloisa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Série: Cadernos de Gestão.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 2007.

MORETTO, Vasco Pedro, 1942. **Prova – um momento privilegiado**. In: Ensino para competências. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Medicas do Sul, 2000.

RIBEIRO, Antonio Carrilho. *Formar Professores, elemento para uma teoria e prática da formação*, Editora Texto LDA, 4 Edição, 1993, Lisboa-Portugal.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **Historia da Educação no Brasil: (1930/1973)**; prefacio do prof. Francisco Iglésias. 31^a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ROMÃO, José Estáquio. **Avaliação Dialógica: desafios e pesrpectivas**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. (Guia da escola cidadã; v. 2)

SANTOS, Clóvis R. dos. *Ética, moral e competência dos profissionais da educação*. São Paulo: Avercamp, 2004.

TURRA, Clodia Maria; ENRICONE, Délcia; SANT'ANNA, Flávia Maria; ANDRÉ, Lenir Canella. *Planejamento de Ensino e Avaliação*, 11 edição, Editora Sagra Luzatto Porto Alegre, 2004.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Planejamento participativo na escola: um desafio ao educador**. 2^a edição revista e ampliada. São Paulo: EPU, 2000. (Temas básicos de educação e ensino).

XAVIER, Maria Elizabete Sampaz(Coleção Aprender & Ensinar).io Prado. **Historia da Educação: a escola no Brasil/** Maria Luisa Santos Ribeiro, Olinda Maria Noronha. São Paulo: FTD, 1994.